II Série — Ano I — N.º 4
Sábado, 7 de Fevereiro de 1948
DIRECTOR E EDITOR:
A. J. MENDES (CEREJO)
CHEFE DA REDACÇÃO:
MANUEL ALPIARÇA
PREÇO 1$00
Composto e impresso:
GRÁFICA BOA NOVA, LDA
Rua Morais Soares, 5 a 5-D

O TRABALHADOR

SEMANÁRIO DO POVO

A FORÇA DOS OUTROS É A NOSSA PRÓPRIA FORÇA

A maior alavanca do progresso é o sentimento do bem comum. Um povo que não sinta o bem comum será sempre um povo diminuido, incapaz de se bastar a si mesmo, de se elevar à altura dos outros povos no concerto da Humanidade.

Um povo, ou uma classe! Uma classe, sem o sentimento do seu próprio bem colectivo, há-de permanecer para sempre uma classe diminuida.

O mesmo se pode dizer de uma simples associação, e até de uma família. Lá está escrito nos livros da sabedoria: «Todo o reino dividido entre si mesmo será aniquilado».

Como poderá a classe operária erguer-se do seu abatimento, se não cultivar em altíssimo grau o sentimento do bem comum?

Todos por um e um por todos! Cada um reforça o conjunto. O conjunto fortalece cada um, na mesma medida de fortaleza comum.

Diziam os liberais que a culpa da situação de miséria em que vivia a classe operária só a ela mesma deveria atribuir-se. Mas empregavam, para o provar, um argumento que não aceitamos: era o dos filhos, isto é, quantos mais operários, mais miséria, porque a abundância da mão de obra fazia baixar os salários.

Se não aceitamos, porém, a razão apresentada, temos no entanto de reconhecer que a culpa, é só dela, porque não tem, regra geral, o sentimento do bem comum.

Cada vara que se aparte do feixe, pensando orgulhosamente defender-se a si mesma, será partida por quantos a queiram destruir. Da mesma maneira, cada operário que pense apenas em si, na sua posição, no seu interesse, comete para consigo mesmo uma imprudência.

A melhoria de situação da classe operária, a sua elevação intelectual e moral, o respeito pela personalidade dos operários e pelos seus direitos humanos tornam-se pràticamente impossíveis sem que todos sintam que, para além de si, existem os outros, e que é pela força dos outros que nós próprios somos fortes.

Ajudemo-nos, portanto, uns aos outros. Sacrifiquemo-nos uns pelos outros. Pensemos nos outros quando pensamos em nós.

Então estará a classe operária à altura conveniente de transformar a sua própria vida, rasgando horizontes novos para os seus filhos, e preparando-lhes um futuro melhor.

O PROGRESSO MECÂNICO E A INSTRUÇÃO

Imaginemos que de um dia para o outro os homens se transformavam, tornando-os pacíficos, trabalhadores e confiantes. A paz e a justiça eram, finalmente, o ideal de todos. Daí por diante todos iriam trabalhar, e seriam distribuídos por todos os alimentos e os agasalhos produzidos.

Mas quando se preparavam para trabalhar, cada um no ofício preferido, encontravam para transportar e transformar montanhas de matérias primas, não máquinas modernas, eficientes, gigantescas, mas apenas ferramentas antiquadas, charruas para machos, carros de bois, foices vulgares, forjas iguais às de há mil anos, teares manuais...

A população é agora imensa, e apesar de todo o esforço, seria impossível, com estas máquinas, produzir o suficiente para alimentar e agasalhar a multidão.

Então ver-se-ia que toda a gente, divagando pelas ruas e praças, se encontrava tocada por uma tristeza mortal.

Não bastaria tornar os homens bons e justos para que reinasse no mundo a felicidade e a abundância. A par dessas qualidades humanas, é preciso que o progresso mecânico seja proporcionado ao número de pessoas a quem é preciso fornecer as coisas necessárias à vida.

* * *

A hipótese apresentada, não é de esperar que venha algum dia a verificar-se. Mas muito semelhante, não é uma hipótese, mas uma realidade que existe e se avoluma.

Os homens não se tornaram ainda justos e bons. Anuncia-se, porém, que grande número de máquinas modernas, eficientes, gigantescas, estão para ser montadas. Estas máquinas são talvez capazes de desenvolver a produção a ponto de poder satisfazer todas as necessidades. Turbinas potentíssimas, grande metalurgia, indústrias químicas, vão alterar a fisionomia deste país.

Se no caso imaginado os homens eram perfeitos e as máquinas antiquadas, neste caso real as máquinas são perfeitas, mas os homens é que não estão todos ao nível do progresso actual.

Máquinas modernas, trabalhadores antiquados?

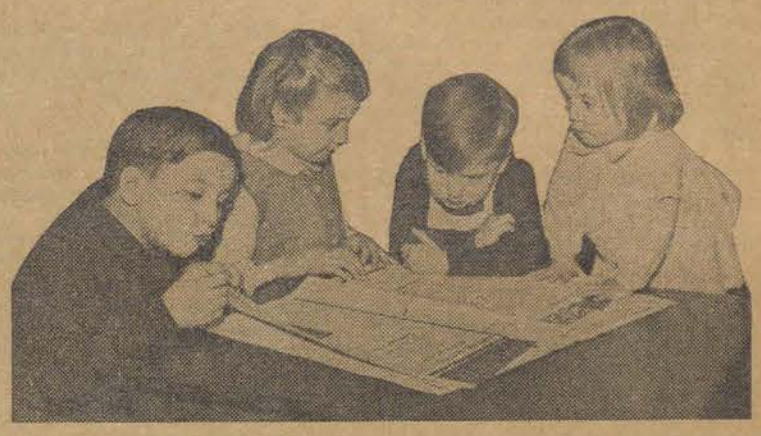
Antiquados porque ignorantes, incultos, analfabetos.

É de facto triste o panorama que se nos apresenta, ao verificarmos que, em torno das altas chaminés, se move uma massa de homens, que nada percebem das maravilhas obradas pelas máquinas que vigiam.

Apoiamos com toda a nossa energia a obra de fomento industrial que se anuncia e que já se esboça à nossa vista. É necessário que não se perca um momento, que não se regateie a mínima parcela do capital imprescindível.

Mas para que o país realize um progresso verdadeiro e insofismável, é necessário lançar pelo Ministério da Educação Nacional nova campanha, tão arrojada e tão eficiente no sentido da instrução, como a que foi lançada pelo Ministério da Economia no sentido do fomento industrial.

A renovação industrial produzirá a elevação do nível económico da população; mas a elevação social e intelectual e em grande parte a elevação moral dos trabalhadores depende, acima de tudo, da instrução. Só depois de instruído, o operário poderá compreender a dignidade do trabalho e a sua própria dignidade; só então terá uma vida elevada e perfeitamente consciente; só então abandonará a taberna; só então, todo o seu valor próprio será aproveitável para a comunidade social.



«O Trabalhador» nasceu para que sejais mais respeitados, no trabalho, do que foram vossos pais. Continuai a vê-lo, para aprender a amá-lo. Sabereis então construir para vós um mundo melhor.

É IMPRATICÁVEL O ACTUAL SISTEMA DE COBRANÇA DO IMPOSTO PROFISSIONAL

Todos nós sabemos que temos de contribuir com a nossa quota parte para as despesas gerais do Estado.

Chama-se a isso contribuição, palavra que, primitivamente, significava compreensão da necessidade de concorrermos para o funcionamento da máquina administrativa da Nação.

Com o decorrer dos tempos a palavra *contribuição* perdeu o sentido primitivo e hoje em nada difere da palavra *imposto* que, hoje em dia — e sempre — significou obrigação.

Podíamos citar, a propósito, uma anedota curiosa que vimos há dias: dois gatunos junto a um cofre, aberto de par em par e por baixo a legenda: «Chegámos tarde: já pagaram as contribuições».

Vejamos o caso do imposto profissional.

Não discutiremos se o nível de vencimentos a partir do qual se cobra aquele imposto, é elevado ou não.

O que nos interessa é o sistema de cobrança.

As previsões nem sempre condizem com as realidades; daí as anomalias que surgem, como sejam, ter de se pagar dois anos num, quando se muda de empresa, ou ter de se pagar um imposto sobre um vencimento que não se receberá como foi previsto.

Objectar-se-á que se recebe novamente o dinheiro mediante um requerimento.

Mas isso já é trapalhada: primeiro, porque se gasta dinheiro no requerimento e se dão passos escusados perdendo-se um tempo precioso, com sacrifício, muitas vezes, dum dia ou de horas de trabalho.

Em segundo lugar, é muito possível que o prazo do pagamento desse imposto termine, precisamente, quando se está desempregado e portanto sem possibilidades monetárias de momento para solver uma dívida.

Outro aspecto:

O facto de o imposto ser individual multiplica o número de pessoas que se aglomeram nas repartições respectivas para o pagarem. E como a maioria dos empregados e operários só têm dinheiro no fim da semana ou do mês, sucede que todos guardam para a última hora o pagamento dum imposto que, teòricamente, — só teòricamente — tem um mês para ser pago.

Vem isto a propósito duma «bicha» que vimos na Graça, nos dois últimos dias úteis de Janeiro. A repartição fechava às 17 horas — se não estamos em erro; pois o pagamento do imposto prolongou-se até à meia noite.

Até cadeiras levavam os pobres «contribuintes» para esperarem, mais descansadamente, a sua vez.

Os funcionários bem se *desunham*, mas a bicha é das que não têm fim.

O actual sistema de cobrança do imposto profissional é impraticável.

Tal como sucede com outros impostos podiam as empresas — algumas já o fazem para os assalariados — cobrar o imposto e cobrá-lo, não sobre um vencimento hipotético que se poderá ou não receber, mas sobre um vencimento que efectivamente se recebeu.

Pedro Manuel

A VERDADE ACIMA DE TUDO

Um operário que temos o prazer de contar entre os maiores amigos de «O Trabalhador» escreveu-nos acerca de um artigo, publicado em lugar de destaque, num dos nossos primeiros números.

Esse operário, que conhecemos como um símbolo de dignidade, pela sua franqueza, pelo seu amor à verdade qualquer que ela seja e esteja onde estiver, acusou-nos precisamente de cometer o delito contrário a estas suas qualidades.

Acusou-nos de emitir opiniões contrárias à verdade, com o fim de lisongear os operários.

Esta acusação expressa com rude franqueza, não hesitamos em trazê-la para aqui, porque nasceu dum presuposto falso. O que afirmamos, e que o nosso amigo diz ser contra a verdade, corresponde, pelo contrário, a uma verdade certa e completamente verificada. Só não sabemos se o que se escreveu terá sido objecto de uma interpretação errada.

Vem a propósito disto frizar que, entre as nossas normas de proceder, está em primeiro lugar uma dedicação tão absoluta à verdade como à justiça.

Não somos daqueles que negam a estes dois termos qualquer sentido real, ou que os julgam representativos de simples conceitos sem qualquer valor objectivo.

Não somos daqueles para quem uma coisa é verdadeira se nos convém e falsa se nos incomoda; daqueles que julgam que o mesmo facto ou a mesma ideia podem ser ou deixar de ser verdadeiros conforme o tempo, o lugar, ou as tendências dos homens.

Para nós a verdade é aquilo que é; aceitamo-la e amamo-la onde quer que nos apareça, e aceitamos todas as ideas que dela estejam revestidas.

Não temos partido tomado em relação a coisa nenhuma, senão em relação à própria justiça e àqueles a quem esta for devida.

Não assumimos nem poderíamos assumir, à luz dos princípios que nos guiam, uma atitude demagógica.

Não escrevemos para ser agradáveis aos operários ou a quem quer que seja. Escrevemos para ser úteis a todos, — segundo a razão e sempre com o máximo respeito pela verdade.

Se fazemos uma afirmação é porque estamos absolutamente convencidos daquilo que afirmamos, depois de nos termos informado convenientemente acerca dos assuntos que vamos tratar.

Podemos errar; mas estamos sempre prontos a rectificar o que escrevemos, desde que se prove que erramos.

Apontamos os erros e os males que nos cercam, com toda a independência e toda a imparcialidade. Quando tivermos que louvar, não iremos saber se é nosso amigo ou inimigo quem se nos apresenta digno de louvor.

Por outro lado não alimentamos nenhuma espécie de inimizade contra aqueles cujas injustiças fustigamos.

Desejamos a aproximação e a amizade entre todos os homens.

Declaramos, no princípio, que não nos movem quaisquer intuitos políticos; permanecemos firmes no mesmo propósito. Dissemos que o nosso principal combate seria contra o ódio; dedicar-nos-emos a triunfar nesse combate.

Só não afirmamos que lutaríamos pela verdade, porque isso era desnecessário afirmar-se.

Não temos jogo oculto.

O que somos e o que queremos está patente aos olhos de todos.

FORUM ABEL VARZIM
© Todos os direitos reservados

NOTICIÁRIO DA SEMANA

DO PAÍS

Tomou posse do cargo de Enfermeiro-Mor dos Hospitais, o sr. dr. Emílio Faro, que antes exercia as funções de director do Hospital da Marinha.

* * *

O temporal que assolou todo o país causou em algumas localidades, nomeadamente Espinho, grandes prejuízos.

* * *

Foi beneficiado com novos melhoramentos o Hospital Júlio de Matos: um pavilhão para pensionistas de 1.ª e 2. classes (homens), um pavilhão para doentes tranquilos, a central térmica, a casa do pessoal de farmácia e o salão de festas, exposições e conferências.

* * *

O Governo concedeu subsídios no total de 32 mil contos às instituições particulares de beneficência do continente e das ilhas adjacentes.

* * *

A ponte sobre o Tejo, em Vila Franca de Xira, vai ser um facto dentro de algum tempo. Foi já aberto concurso para adjudicação da empreitada, a que concorreram firmas portuguesas e estrangeiras.

* * *

Portugal fez-se representar na Conferência Internacional de Mão de Obra que se realizou na Itália.

* * *

O petroleiro Sameiro, o primeiro construido no nosso País, foi entregue pelo Conselho Administrativo do Alfeite à Sociedade Portuguesa de Navios Tanques.

* * *

Uns miliantes tentaram arrombar o dique de Angeja, o que, felizmente, foi evitado a tempo.

DO ESTRANGEIRO

Um desastre de avião na Califórnia causou 32 vítimas, entre as quais 28 trabalhadores rurais mexicanos que regressavam à sua pátria.

* * *

Gandhi foi morto a tiro por um hindu marata. O repelente crime causou a maior impressão em todo o mundo. O assassino foi preso.

As últimas homenagens ao infatigável lutador pela paz na Índia, por ocasião do seu funeral, no qual se encorporou mais de 1 milhão de pessoas, atestaram claramente a admiração que lhe votavam os seus concidadãos. O triste acontecimento impressionou todos os povos.

* * *

Desapareceu no alto mar, quando voava dos Açores para as Bermudas, um avião de transporte, o quadrimotor «Star Tiger». A bordo seguia o marechal australiano Arthur Coningham, grande figura da última guerra, e mais cerca de 20 passageiros e seis ou sete tripulantes.

As pesquisas para o encontro do avião não deram, infelizmente, o resultado desejado.

* * *

O senador democrata, Trydings, defendeu o princípio de que os Estados Unidos devem tornar a Inglaterra, Holanda, França, Itália, Alemanha e Turquia e outros países europeus, bastante fortes para constituirem obstáculo aos objectivos da Rússia.

O presidente do Conselho Nacional do Partido Republicano, por sua vez, condenou o comunismo, afirmando, entre outras coisas, que «o apoio do comunismo por cidadãos americanos é uma traição».

* * *

O Conselho de Fiscalização Aliado na Alemanha reuniu secretamente em Berlim para estudar a reforma do marco alemão, que foi discutida numa tentativa de compromisso e numa base nacional pelos quatro comandantes militares aliados durante 1 hora.

* * *

Um ciclone causou elevados prejuízos na Ilha da Reunião ao largo da costa leste de Madagascar. Regista-se uma centena de mortos, algumas centenas de feridos e vários desaparecidos.

* * *

Os Estados Unidos rejeitaram as acusações russas de que a missão militar americana, na Pérsia, é uma ameaça de violação da fronteira russo-persa.

Foi igualmente rejeitado pela América o protesto russo contra a presença de navios de guerra americanos nos portos e águas territoriais italianas, que foi «consentida em estreito acordo com os costumes de cortesia».

Por sua vez o governo italiano informou a Rússia, por intermédio do seu embaixador em Moscovo, que «aquelas visitas dos navios americanos foram concedidas pelo governo italiano» e que «é da sua exclusiva competência decidir se qualquer protesto é justificado».

* * *

Foi acordado entre os governo português e americano a continuação das facilidades de trânsito concedidas à aviação americana no Aeroporto das Lajes, nos Açores.

* * *

Para evitar a guerra civil, o governo da Índia tomou precauções de defesa contra as lutas comerciais «por não poder, por mais tempo, tolerar a actividade anti-nacional de quaisquer grupos», afirmou o primeiro ministro Nehru.

CONSULTAS

PERGUNTA — *É facultativo ou obrigatório nas grandes organizações patronais ter ou não cantina para fornecimento de refeições económicas ao pessoal? Em caso afirmativo, qual o preço por que devem fornecer tais refeições?*

RESPOSTA — O decreto n.º 34.446, de 17 de Março de 1945, diz o seguinte no seu artigo 8.º: «Incumbe às entidades patronais do comércio, da indústria, das profissões liberais, da organização corporativa e de coordenação económica, criar refeitórios higiénicos e dotados com o mínimo de conforto, destinados a ser utilizados pelo seu pessoal.

§ único — Para as pequenas empresas a obrigação a que se refere este artigo será substituida pela utilização de refeitórios da F. N. A. T., competindo às entidades patronais promover a inscrição do pessoal que pretender aproveitar esse benefício».

O art.º 4.º acrescenta: «As empresas que tenham ao seu serviço elevado número de trabalhadores procederão à instalação, junto dos respectivos refeitórios de cozinha destinados a fornecer-lhes refeições económicas nos intervalos do trabalho. — § único: Podem ser dispensadas do cumprimento desta obrigação as empresas que preferirem fazer servir ao seu pessoal as refeições preparadas pela F. N. A. T.

O artigo seguinte diz que «a exploração das cozinhas fica a cargo de comissões administrativas, compostas de um delegado da empresa, um empregado ou assalariado da sua escolha e outro nomeado pelo Sindicato, de que fizer parte o respectivo pessoal, etc.».

E o artigo 7.º determina que o preço das refeições será fixado em função do custo médio, incluidos os gastos gerais e sem qualquer intuito de lucro».

Está dada a resposta ao nosso consulente. Só temos a acrescentar que, embora o referido decreto preveja a fiscalização e a aplicação de multas a quem não cumprir, a verdade é que as disposições legais só muito lentamente serão cumpridas... Nisto, como em muitas outras coisas mais, O português é assim.

PERGUNTA — *Uma casa, tendo um horário de trabalho há muito estabelecido e afixado, pode alterá-lo, aumentando as horas de serviço?*

RESPOSTA — Se a casa só tem um turno de pessoal, pode alterar o horário desde que esteja em conformidade com a lei geral. Só é obrigada a mandá-lo aprovar desde que haja pessoal a entrar a horas diversas ou o horário não seja conforme à lei geral.

PERGUNTA — *Alegando ter empregados a mais, um patrão despediu uma empregada com treze meses de casa. A empregada foi avisada no dia 2 de Janeiro (note-se que o dia 1 foi feriado) de que o dia seguinte seria o seu último dia de trabalho. Qual a indemnização a que tem direito esta empregada?*

RESPOSTA — Se a razão alegada foi a de pessoal a mais, não houve justa causa para o despedimento. É claro que o patrão podia, por esse motivo, despedi-la, mas com aviso prévio. O aviso prévio para os empregados é de um mês, se estiver ao serviço há menos de 3 anos; dois meses se estiver há mais de 3 e menos de 10; quatro meses, se estiver há mais de 10 e menos de 15; seis meses, se estiver há mais de 15 anos. Logo a empregada tem direito a um mês de ordenado.

PERGUNTA — *Casei com comunhão de bens, mas minha mulher faleceu-me há dias. Como os bens que ficaram são umas roupas e uns modestos móveis, podem os irmãos de minha mulher exigir partilha?*

RESPOSTA — Não tendo filhos, metade dos bens deixados pertencem-lhe. A outra metade é para os irmãos, no caso, é claro, de não ter pais vivos e ter morrido sem testamento. Se eles o exigirem, dê-lhes a metade que lhes pertence e procurem fazer as coisas amigàvelmente. Entretanto, dê parte na Fazenda Pública do falecimento de sua mulher e dos bens que deixou.

Planalto

ESPÍRITO DE ECONOMIA

Um pequeno cultivador francês, Gustave Thibon, publicou, não há muito tempo, um livro, «Diagnósticos», de reflexões sobre a vida da nossa época. Do primeiro artigo incluído nessa obra, escolhemos alguns trechos que seguem. Talvez se estranhe que se fale aqui, neste jornal dedicado a pessoas que não têm meios suficientes para encerar as dificuldades de cada dia, de espírito de economia. Mas ver-se-á pelas palavras de Thibon, escritas, de resto, em 1939, quando os níveis de vida eram mais elevados, que o espírito de economia não se confunde com o «juntar dinheiro».

Os homens de certa idade, ainda cheios de princípios do século XIX, costumam lamentar a ruina quase completa do espírito de economia nas gerações novas. Já não se põe nada «de lado»: o operário, o empregado moderno, o jovem casal mesmo, gastam em cada semana ou em cada mês a totalidade do seu ganho. Mais do que isso: hipoteca-se o futuro, desperdiça-se, comprando a crédito, o que não se possui ainda (a nossa época conhece, com efeito, o paradoxo corruptor de um crédito muito largo para o supérfluo: pense-se nas «facilidades» concedidas aos compradores de um auto, de um aparelho de T. S. F., enquanto o crédito para as coisas necessárias — a alimentação e o vestuário — desapareceu quase inteiramente). Este comprometimento do futuro é a contrapartida devoradora do antigo espírito de economia, é uma previdência ao contrário. O homem que outrora reservava alguma coisa para o dia seguinte, podia dizer: o futuro *será cheio* pelo que eu junto hoje. O gastador moderno — pode dizer: O futuro *estará vazio* do que eu devoro hoje. O primeiro alimenta o futuro, o segundo suga-o.

Mas este gasto de dinheiro, escândalo do burguês clássico, não passa do sintoma mais material, mais exterior de uma tara que afecta o fundo da alma moderna: o homem hoje torna-se — e isto em todos os domínios — cada vez mais incapaz de *reserva*. Já não se sabe esperar, quer-se ser pago imediatamente por tudo o que se faz, corre-se até ao limite das possibilidades de prazer... Os autores não se dão já ao trabalho de escrever decentemente, com a pressa de publicar; os amantes possuem-se carnalmente quase antes de se conhecerem, etc. Esta pressa é o sinal de um profundo esgotamento dos caracteres: a força e o equilíbrio internos de um homem medem-se pela amplidão da distância que este homem pode suportar entre o seu trabalho ou o seu amor — e a sua recompensa por eles. No limite, o homem consente em nunca ser pago...

Evidentemente, a desaparição dessa necessidade estreita de acumular dinheiro, que foi o pecado do século passado, não merece ser especialmente chorada. Mas a nossa juventude gastadora está acima ou abaixo dos seus pais, que entesouravam? Economizar, pôr de reserva, é uma exigência central da natureza humana e é limitar o debate e desfigurá-lo arbitràriamente, entender estas palavras no sentido único de juntar bens materiais.

Um senhor medieval, um santo, um artista, um simples camponês ligado à terra paterna e carregado de família, não juntavam decerto dinheiro. Mas juntavam outra coisa: um capital de virtudes, tradições, bons costumes, sem falar de reservas materiais, mas vitais, como as terras, as casas e o seu mobiliário. Essas pessoas sabiam resistir ao apelo do imediato; sabiam privar-se de alguma coisa hoje (pense-se nos sacrifícios de um cavaleiro, de um asceta, de um simples pai de família) em função de um futuro a defender e a fecundar.

Resumamos aqui Thibon: a burguesia tende a substituir as reservas vitais e espirituais pelas materiais, ora o dinheiro torna-se uma fonte de catástrofes e decadência quando o instinto de previdência se liga a ele em prejuízo das reservas vitais. Pense-se, por exemplo, que valor terá amanhã o dinheiro posto de parte por alguns casais que, para o poderem pôr de parte, se recusam a ter filhos, se não houver então braços juvenis a manterem o produção. Hoje, está-se ainda abaixo da falsa previdência burguesa. Não se economiza, devido à incapacidade de auto-domínio, de sacrifício! — E, para acabar, voltemos às próprias palavras do nosso autor:

Quando nos pregam o «dever de imprevidência», conviria talvez começar por distinguir entre a imprevidência do santo, que não se inquieta com o futuro porque «capitalizou» nele a origem e a eternidade da vida, e a imprevidência do decadente cuja alma se tornou o joguete de cada hora e da tentação que passam e que, tão incapaz de esperar como de escolher, cede constantemente às solicitações *imediatas* de um egoismo sem continuidade e sem unidade.

Porque o ser menos económico é também o mais egoista. Economizar, no sentido verdadeiro e são da palavra, significa sobretudo: reservar para melhor dar. Há sem dúvida uma previdência avara e fechada que se opõe às verdadeiras trocas humanas. Mas o seu filho legítimo, a imprevidência absoluta, é ainda mais, talvez, a inimiga da comunhão e do dom. Na ordem material como na espiritual, a liberalidade, a munificência só são possíveis àquele cuja severa vigilância soube criar, em si ou à sua volta, fortes reservas.

... ...

O extremo gastar, que se assemelha aparentemente ao extremo desinteresse, coincide na realidade com o extremo egoismo, com a ruina total da generosidade. Em todos os domínios, o que mais desperdiça é o que menos dá.

VISADO PELA COMISSÃO DE CENSURA

PERPLEXIDADES

— Que idade tens, meu petiz?
— Não sei.
— Então não sabes? Um rapaz do teu tamanho...
— Não tenho culpa. Quando nasci, tinha a minha mãe trinta anos...
— E depois? Que dificuldade?!
— Ela agora diz que tem vinte e seis anos...

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

Recebemos da Biblioteca das Casas do Povo a interessante brochura «Enfrentando o destino das Casas do Povo», que agradecemos.

FORUM ABEL VARZIM DESENVOLVIMENTO E SOLIDARIEDADE
Todos os direitos reservados

«O TRABALHADOR» NO NORTE

Os profissionais do Comércio queixam-se, e com razão, DO GRANDE ATRAZO com que lhes é pago o Abono de Família

Pessoa amiga falou-nos, um destes dias, da situação difícil em que se encontravam, no Porto, muitos profissionais do Comércio pelo facto da respectiva Caixa Sindical de Previdência trazer os pagamentos do «abono de família» atrazados em dois e três meses. A princípio, quase nem queríamos acreditar. Porque, em boa verdade, não compreendíamos — e, agora, depois da certeza, continuamos a não compreender nem a admitir — que tal se passe.

Que houvesse atrazos no princípio, nos primeiros tempos de funcionamento da máquina, vá. Falta de prática, montagem e normalização de serviços, período de adaptação de funcionários, demoras de processamento por falta de respeito das datas para depósito, por parte das firmas não habituadas ou refractárias, enfim, atrazos compreendiamo-los no princípio da organização. Compreendíamo-los e, de certo modo, justificavamo-los. Agora, quando já tudo deve ser feito de harmonia com a experiência colhida, para eliminar dificuldades e abreviar o andamento dos processos, agora, não compreendemos atrazos nem os admitimos.

Abonos de Outubro a Novembro de 1947 pagos em 12 de Janeiro deste ano

Mas, enfim, era verdade o que nos diziam. Isso mesmo nos confirmou um dos interessados, desta cidade. E contou-nos, não fosse a falta de elementos levar alguém a julgar tratar-se de uma afirmação gratuita: em 6 de Novembro de 1947, o nosso informador, juntamente com mais cinco colegas seus, da mesma casa comercial todos, dirigiram-se, por carta registada, à respectiva Caixa pedindo que fosse abreviado o pagamento dos abonos em atrazo, pois que tal demora lhes ocasionava grandes transtornos e até prejuízos na sua vida particular e esclarecendo que o último abono recebido (!...) fôra do mês de Agosto, pago em 6 de Outubro findo. Acrescentavam os signatários que os magros honorários que auferiam e as despesas a que a vida os obrigava constituíam a razão determinante da solicitação que faziam. Em 16 de Novembro, a Caixa dirigia-se à firma onde trabalhavam estes profissionais do comércio pedindo para a mesma os esclarecer de que *o seu pedido fora devidamente apreciado mas que era absolutamente impossível atendê-los, porquanto havia a considerar, entre muitos factores imperiosos, o facto de as contribuições darem entrada naquele organismo no mês imediato àquele a que dizem respeito e só então se proceder ao processamento de abonos.* Justificando o esclarecimento prestado, continuava o ofício: «*Este trabalho requer tempo e atendendo a que o número de beneficiários aumenta num ritmo cada vez mais rápido, mercê de sucessivas integrações de outras Caixas de Abono de Família, lógico é admitir que o pagamento de abonos não seja executado dentro de um espaço de tempo inferior ao actual, embora se estude a possibilidade de um encurtamento entre o acto do depósito de contribuições e o pagamento dos abonos*».

O ofício diz que *é lógico*. Enfim, não compreendemos lá muito bem esta lógica, uma vez que, se há mais serviço, devia haver organização, dirigentes e funcionários capazes para o executar com brevidade. E especialmente porque não é com lógicas destas que se prestigiam os Serviços.

Entrando as contribuições em depósito até ao dia 10 de cada mês seguinte àquele a que respeitam, continuamos a não compreender a tal lógica do ofício, apesar das sucessivas integrações de outras Caixas de Abono de Família. Quem obriga ao respeito dos prazos que determina, não deve esquecer os direitos dos obrigados. Direitos que, nestes casos, e nas circunstâncias em que a vida se apresenta, são os direitos das famílias: os direitos das esposas, os direitos dos filhos, os direitos das mães, enfim, os direitos daqueles que estão a nosso cargo e por cuja vida tanto sacrifica a vida cada um de nós. É esta a lógica que compreendemos.

Mas, adiante: em 11 de Dezembro de 1947, os mesmos signatários dirigiram-se ao Sr. Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, contando que o último abono recebido fora o de Setembro, em 7 de Novembro, expondo as diligências já efectuadas e juntando cópia do ofício que em 16 de Novembro a Caixa enviara à firma onde trabalhavam e a que atrás nos referimos. Acrescentavam que a firma a que estão ligados faz sempre os depósitos correspondentes dentro da data fixada pela Caixa — o que os levava a não compreender o atrazo — e apelavam para o Sr. Subsecretário no sentido de conseguir que os abonos em atrazo lhes fossem liquidados o mais breve possível.

Em 13 de Dezembro, era a própria firma de que são empregados que fazia notar à Caixa que os abonos de família do seu pessoal, referentes a Outubro e Novembro, ainda não tinham sido pagos até àquela data, pelo que pedia o favor de providenciarem.

Em 29 de Dezembro, um dos interessados dirigia-se ao Sr. Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, repetindo as diligências colectivas, justificando a insistência pela necessidade que tinham e pela falta que lhe faziam os abonos e aduzindo as seguintes razões do seu caso pessoal: «Sou empregado da firma... há catorze anos, onde usufruo o pequeno ordenado de 850$00, que com as diuturnidades de dois anos aumenta mais 5 por cento, prefazendo o total de escudos 892$50; desconto deste escudos 67$60, ficando com um saldo de esc. 824$90, que juntamente com o abono de esc. 110$00 perfaz o total de ESC. 934$90! Tenho mulher e filho para sustentar, e apesar deste insignificante ordenado — nos dias de hoje — a Caixa Sindical... acha por bem reter-nos o abono de família há quase três meses!»

Citava, depois, elementos para sua identificação e comprovativos da sua idoneidade moral para concluir dizendo ser um português que se dirigia a outro português, com poder, e pedindo o seu auxílio para receber o que lhe era devido.

Em 5 de Janeiro do corrente ano, novamente a firma em causa se dirigia à Caixa, confirmando a sua carta registada de 13 de Dezembro passado e informando que os abonos do seu pessoal, referentes a Outubro, Novembro e Dezembro ainda não tinham sido pagos, pelo que pedia, sobre o caso, uma informação na volta do correio.

A tempo, dizia que os depósitos referentes ao mês de Dezembro passado tinham sido efectuados naquela data na Filial da Caixa Geral de Depósitos desta cidade.

Em 14 de Janeiro, ofício da Caixa Sindical para a firma, comunicando que os abonos devidos ao seu pessoal relativamente aos meses de Outubro e Novembro do ano findo seriam globalmente pagos em Janeiro corrente. E acrescentava, talvez de harmonia com aquela lógica a que atrás tivemos ensejo de aludir, que OS ABONOS RESPEITANTES A DEZEMBRO ÚLTIMO SERÃO INCLUÍDOS NO PROCESSAMENTO EM CURSO E PAGOS EM FEVEREIRO PRÓXIMO.

Finalmente,

— e já não era sem tempo, concordemos que também é lógico — em 12 de Janeiro deste ano os profissionais do comércio ao serviço da firma a que aludimos, recebiam os abonos de família *referentes aos meses de Outubro e Novembro de 1947*.

E aqui terminou a história? Sim, pode terminar aqui, uma vez que a nossa intenção é apontar factos desagradáveis, pedindo, a quem de direito, neles atente e os remedeie de acordo com a solução que reclamam e com as possibilidades. Mas, cautela, não vá suceder que as possibilidades tenham as costas demasiado largas. Que, nesse caso, nada se poderá fazer de útil à Comunidade.

Outros que ainda esperam

Não queremos, porém, terminar completamente sem dizer que, segundo nos informam, os *subsídios de doença* também não andam lá muito em dia para os profissionais do comércio. Ainda a propósito de doença — triste direito que todos nós temos — pedem-nos para dizer que no posto clínico da Caixa Sindical de Previdência dos Profissionais do Comércio, nesta cidade, cujo funcionamento, à tarde, começa às 18 horas, já se não conseguem fichas para consulta às 18 horas e um quarto. A pessoa que nos informa diz que, consigo, já isto se deu por três vezes. Dá origem a esta situação, parece que o elevado número de consultas e o facto de estarem juntos, neste posto, os serviços clínicos de várias Caixas Sindicais. É louvável, quase íamos a dizer, quanto à primeira razão. Corrigimos, porém: é bom sinal, dentro da relatividade das coisas, que haja muitos consulentes e muitas consultas. Se é certo que prova muitos doentes, não deixa, também, de provar o grande cuidado — e louvável cuidado! — que cada um tem com a sua vida, bem tão grande que Deus nos deu e que só Ele no-lo pode retirar. O que não é nada louvável é que, um quarto de hora depois de aberto o serviço, já não haja possibilidade de mais ninguém a ele recorrer. Isto leva, naturalmente, a que muitos sócios beneficiários que precisam não possam beneficiar da existência dos serviços médicos da Caixa Sindical. Porque nem todos os casos de doença podem esperar vez para serem estudados e diagnosticados. E recorrem à clínica livre, onde têm de pagar sem poder.

Ora isto não está certo, nem tem lógica nenhuma.

E ainda sobre abonos de família atrazados: ao pessoal de uma firma desta cidade ainda não foi pago (na altura em que escrevemos) o abono desde o mês de Setembro do ano passado; ao pessoal de seis firmas ainda não foi pago desde Novembro; ao de outras seis ainda não foi pago desde Dezembro. Isto — seja dito em abono da verdade — são apenas alguns casos — aqueles de que mais directo e rápido conhecimento tivemos. Quantos mais haverá assim?...

E por aqui nos ficamos hoje, para não alongar demasiado.

P. S. — Já depois de escrita a presente notícia, soubemos de um ofício da Repartição de Previdência Social (Instituto Nacional do Trabalho), de 24 de Janeiro corrente, em que a um dos interessados, empregado da casa comercial a quem foram pagos em 12 de Janeiro os abonos de Outubro e Novembro do ano passado, é comunicado que, em referência à exposição dirigida em 29 de Dezembro findo a Sua Excelência o Subsecretário de Estado das Corporações e à de 11 do mesmo mês da qual o dito interessado era o primeiro signatário, se informa que, ouvida sobre o assunto a Caixa Sindical de Previdência dos Profissionais do Comércio, comunicou esta que os abonos relativos a Outubro e Novembro foram pagos no início do corrente mês de Janeiro, esperando dentro em breve liquidar os abonos correspondentes a Dezembro. Pedem ao interessado o favor de dar conhecimento deste ofício aos restantes signatários da exposição de 11 de Dezembro findo.

Prova isto — e ainda bem — que não foi indiferente ao Subsecretário de Estado das Corporações a situação dos Profissionais do Comércio, em causa.

Mas porquê a necessidade de tais recursos, quando tudo devia andar certo, sem precalços nem atrazos que desprestigiam e prejudicam?

APRENDAMOS ECONOMIA

Por ABEL VARZIM

NOÇÕES FUNDAMENTAIS (III)

Já sabemos o que é um *bem*, uma *riqueza*, uma *mercadoria*. Já aprendemos também a saber o que é a *troca*, e que esta se realiza entre *utilidades* iguais, ou entre *valores* iguais. A utilidade, porém, enquanto não está sujeita a troca chama-se *valor de uso*; quando o está, toma o nome de *valor de troca*. Devemos contudo fixar que sempre que falemos de valor sem especificar, se entende o *valor de troca*. E a razão é simples: não interessa a ninguém discutir o valor de uma coisa a não ser quando a deseja vender ou quando a reserva para um dia a vender se precisar. Falando-se, por isso, de valor já se fica sabendo que é do valor de troca que se fala.

Mas afinal o que é o valor?

Pelo que já vimos das noções anteriores, diremos que o valor é o poder que uma mercadoria tem de adquirir outra por meio de troca. Se com um carneiro posso adquirir uma enxada e um par de sapatos, direi que o valor do carneiro é igual ao valor de uma enxada + o valor de um par de sapatos.

O valor é, portanto, o poder de aquisição de uma mercadoria, ou, em linguagem actual, o seu *poder de compra*. Quanto maior for o poder de compra de uma mercadoria tanto maior é o seu valor. Assim diremos que o ouro tem mais valor do que o ferro. Porquê? Porque se compram mais coisas com um quilo de ouro do que com um quilo de ferro.

De tudo isto, se podem tirar certas conclusões:

1.º O valor é *relativo*. Uma riqueza não *vale* em si; o valor só aparece quando a comparamos com outras de espécie diferente. Assim, numa ilha deserta onde não haja nada para trocar ou vender, não têm *valor* económico nenhum os objectos que levemos para lá. O valor não é absoluto, mas relativo.

2.º A medida dos valores faz-se pela troca. Um quilo de ferro pode ser trocado por dois quilos de chumbo? Diremos então que um quilo de ferro mede o valor de dois quilos de chumbo, e vice-versa.

3.º Portanto, os valores são correlativos, isto é, a baixa de um está sempre em relação com a subida de outro ou de outros.

Se um quilo de ferro vale hoje dois quilos de chumbo e passar a valer amanhã só um quilo, é porque o valor do ferro diminuiu e o valor do chumbo aumentou.

4.º Não seremos exactos na expressão, se dissermos que tudo subiu com a guerra. Como os valores se medem em relação com outros, é absurdo dizer que todos os valores subiram. Ao menos um não subiu! Se não fosse assim, não se poderia fazer a relação — a comparação. Quando os valores sobem em conjunto, é porque há um valor que desceu: o da moeda. Ficamos, portanto, sabendo que a moeda desceu de valor quando os outros valores subiram. Por outras palavras: o valor da moeda, isto é, o seu *poder de compra* baixou. Esta conclusão é importante! Se a moeda baixar de valor e os rendimentos (salários, ordenados, lucros, dividendos, etc.) permanecerem nominalmente os mesmos, o nível de vida baixa, porque diminuiu o poder de compra da moeda. Para manter o mesmo nível de vida, é necessário: ou aumentar de novo o valor da moeda, ou aumentar os ganhos. Não há outro caminho.

Quanto custa UMA OPERAÇÃO

Merece-nos o maior interesse a situação dos pequenos proprietários rurais cujo nível de vida é, por vezes, inferior ao de muitos sectores do operariado.

Publicamos por isso, a seguir, a carta que nos foi enviada por um modesto agricultor do Distrito de Coimbra.

Dispensa comentário.

Uma pessoa de minha família adoeceu há tempo e o único remédio para o seu mal era ser operada.

Depois de hesitar durante algum tempo, como fosse peorando resolveu submeter-se à operação que tinha de ser feita em certa cidade do centro do País, por mais próximo não haver onde a pudesse fazer.

O seu clínico assistente indicou-lhe o médico operador, coproprietário de uma Casa de Saúde na dita cidade, onde o doente foi internado e operado, tendo saído com alta ao fim de três semanas.

Apesar de ter estado em 3.ª classe, como pobre que é e a intervenção cirurgica não ser das mais delicadas e melindrosas ficou surpreendido com a conta que teve de pagar: cerca de sete mil escudos.

Aquela pessoa que já estava empenhada e não tinha nem setenta escudos, que se emprega na agricultura, trabalhando nas pequenas leiras de terra que possui, que paga de contribuição predial 126$00, que muitas vezes tem ido ao dia fora como jornaleiro obrigado da necessidade, que passa o inverno com o mesmo vestuário que usa no verão, que tem 6 filhos legítimos, e seus legítimos herdeiros: não teve outro caminho a seguir senão pedir emprestada a quantia para satisfazer a avultada soma para os seus magros recursos, até que venda uma parte do seu património a fim de liquidar a sua dívida.

E só tarde veio a saber que se fizesse a operação no Hospital gastava sómente cerca da quarta parte da dita quantia.

Como algumas vezes fomos visitar o doente e vimos também que a conta era grande para os seus meios, casualmente interrogámos dois outros doentes que igualmente estavam internados.

Preguntei a um como e porque é que tinha vindo ali. Respondeu-me que, tendo adoecido, o seu médico assistente lá o tinha vindo trazer a fim de ser operado. A conta deste regulava à do primeiro doente, e era também um pequeno proprietário cujo trajo bem denunciava a sua pobreza.

O outro que como os dois primeiros estava do mesmo modo em 3.ª classe, tinha de pagar pela operação 7.400$00 mais 500$00 de entrada na sala de operações, quantia que todos os doentes pagam, mais medicamentos, pensão e enfermagem, devia fazer a sua conta muito mais de 10.000$00.

Notei que muitos pobres eram vítimas involuntárias da sua simplicidade e ignorância e nós próprios até então não eramos mais sabedor nem mais prudente e avisado que aqueles, para em caso de doença seguir o caminho que as nossas circunstâncias e mínimos recursos exigissem.

Não negamos nem afirmamos que os senhores médicos tenham quaisquer regalias por cliente que enviem para a Casa de Saúde, mas admitimos essa hipótese.

Estaremos em erro? Não sabemos.

O que sabemos é as dificuldades e privações que os pequenos proprietários, mesmo os que pagam 200$00 ou 300$00 de contribuição, passam cá na aldeia e talvez alguns ilustres clínicos desconheçam pelo menos em grande parte.

Por isso se a estes houvessemos de fazer um pedido seria o seguinte: Que bem se informassem dos recursos dos seus clientes quando a doença lhes batesse à porta e requeresse internamento, para não serem obrigados a pagar 12, quando só com grande sacrifício podem pagar 2 ou 3.

Não negamos o importante papel que pode desempenhar uma Casa de Saúde, para as classes abastadas e ricas, mas todos os pobres não têm recursos para recorrerem a elas, pelo menos a algumas, e muitas vezes um caso mais grave de doença, representa para eles uma verdadeira tragédia. Tal o caso que apontámos.

M. S.

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

3 meses . . 12$50
6 meses . . 25$00
1 ano . . . . 50$00

Pagamento adiantado. Como «O Trabalhador» não fará cobrança das suas assinaturas, pelo correio, só enviaremos o jornal a quem nos remeter a importância respectiva em vale do correio ou por qualquer outra forma prática.

S.E.T. — SOCIEDADE EDITORIAL «O TRABALHADOR»
REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO (provisórias)
Rua das Janelas Verdes, 47 — LISBOA
Telefone 61464

NOTICIÁRIO DA SEMANA

DO PAÍS

Tomou posse do cargo de Enfermeiro-Mor dos Hospitais, o sr. dr. Emílio Faro, que antes exercia as funções de director do Hospital da Marinha.

* * *

O temporal que assolou todo o país causou em algumas localidades, nomeadamente Espinho, grandes prejuízos.

* * *

Foi beneficiado com novos melhoramentos o Hospital Júlio de Matos: um pavilhão para pensionistas de 1.ª e 2. classes (homens), um pavilhão para doentes tranquilos, a central térmica, a casa do pessoal de farmácia e o salão de festas, exposições e conferências.

* * *

O Governo concedeu subsídios no total de 32 mil contos às instituições particulares de beneficência do continente e das ilhas adjacentes.

* * *

A ponte sobre o Tejo, em Vila Franca de Xira, vai ser um facto dentro de algum tempo. Foi já aberto concurso para adjudicação da empreitada, a que concorreram firmas portuguesas e estrangeiras.

* * *

Portugal fez-se representar na Conferência Internacional de Mão de Obra que se realizou na Itália.

* * *

O petroleiro Sameiro, o primeiro construído no nosso País, foi entregue pelo Conselho Administrativo do Alfeite à Sociedade Portuguesa de Navios Tanques.

* * *

Uns milantes tentaram arrombar o dique de Angeja, o que, felizmente, foi evitado a tempo.

DO ESTRANGEIRO

Um desastre de avião na Califórnia causou 32 vítimas, entre as quais 28 trabalhadores rurais mexicanos que regressavam à sua pátria.

* * *

Gandhi foi morto a tiro por um hindu marata. O repelente crime causou a maior impressão em todo o mundo. O assassino foi preso.

As últimas homenagens ao infatigável lutador pela paz na Índia, por ocasião do seu funeral, no qual se encorporou mais de 1 milhão de pessoas, atestaram claramente a admiração que lhe votavam os seus concidadãos. O triste acontecimento impressionou todos os povos.

* * *

Desapareceu no alto mar, quando voava dos Açores para as Bermudas, um avião de transporte, o quadrimotor «Star Tiger». A bordo seguia o marechal australiano Arthur Coningham, grande figura da última guerra, e mais cerca de 20 passageiros e seis ou sete tripulantes.

As pesquisas para o encontro do avião não deram, infelizmente, o resultado desejado.

* * *

O senador democrata. Trydings, defendeu o princípio de que os Estados Unidos devem tornar a Inglaterra, Holanda, França, Itália, Alemanha e Turquia e outros países europeus, bastante fortes para constituirem obstáculo aos objectivos da Rússia.

O presidente do Conselho Nacional do Partido Republicano, por sua vez, condenou o comunismo, afirmando, entre outras coisas, que «o apoio do comunismo por cidadãos americanos é uma traição».

* * *

O Conselho de Fiscalização Aliado na Alemanha reuniu secretamente em Berlim para estudar a reforma do marco alemão, que foi discutida numa tentativa de compromisso e numa base nacional pelos quatro comandantes militares aliados durante 1 hora.

* * *

Um ciclone causou elevados prejuízos na Ilha da Reunião ao largo da costa leste de Madagascar. Regista-se uma centena de mortos, algumas centenas de feridos e vários desaparecidos.

* * *

Os Estados Unidos rejeitaram as acusações russas de que a missão militar americana, na Pérsia, é uma ameaça de violação da fronteira russo-persa.

Foi igualmente rejeitado pela América o protesto russo contra a presença de navios de guerra americanos nos portos e águas territoriais italianas, que foi «consentida em estreito acordo com os costumes de cortesia».

Por sua vez o governo italiano informou a Rússia, por intermédio do seu embaixador em Moscovo, que «aquelas visitas dos navios americanos foram concedidas pelo governo italiano» e que «é da sua exclusiva competência decidir se qualquer protesto é justificado».

* * *

Foi acordado entre os governo português e americano a continuação das facilidades de trânsito concedidas à aviação americana no Aeroporto das Lajes, nos Açores.

* * *

Para evitar a guerra civil, o governo da Índia tomou precauções de defesa contra as lutas comerciais «por não poder, por mais tempo, tolerar a actividade anti-nacional de quaisquer grupos», afirmou o primeiro ministro Nehru.

CONSULTAS

PERGUNTA — *É facultativo ou obrigatório nas grandes organizações patronais ter ou não cantina para fornecimento de refeições económicas ao pessoal? Em caso afirmativo, qual o preço por que devem fornecer tais refeições?*

RESPOSTA — O decreto n.º 34.446, de 17 de Março de 1945, diz o seguinte no seu artigo 8.º: «Incumbe às entidades patronais do comércio, da indústria, das profissões liberais, da organização corporativa e de coordenação económica, criar refeitórios higiénicos e dotados com o mínimo de conforto, destinados a ser utilizados pelo seu pessoal.

§ único — Para as pequenas empresas a obrigação a que se refere este artigo será substituída pela utilização de refeitórios da F. N. A. T., competindo às entidades patronais promover a inscrição do pessoal que pretender aproveitar esse benefício».

O art.º 4.º acrescenta: «As empresas que tenham ao seu serviço elevado número de trabalhadores procederão à instalação, junto dos respectivos refeitórios de cozinha destinados a fornecer-lhes refeições económicas nos intervalos do trabalho. — § único: Podem ser dispensadas do cumprimento desta obrigação as empresas que preferirem fazer servir ao seu pessoal as refeições preparadas pela F. N. A. T.

O artigo seguinte diz que «a exploração das cozinhas fica a cargo de comissões administrativas, compostas de um delegado da empresa, um empregado ou assalariado da sua escolha e outro nomeado pelo Sindicato, de que fizer parte o respectivo pessoal, etc.».

E o artigo 7.º determina que o preço das refeições será fixado em função do custo médio, incluídos os gastos gerais e sem qualquer intuito de lucro».

Está dada a resposta ao nosso consulente. Só temos a acrescentar que, embora o referido decreto preveja a fiscalização e a aplicação de multas a quem não cumprir, a verdade é que as disposições legais só muito lentamente serão cumpridas... Nisto, como em muitas outras coisas mais. O português é assim.

PERGUNTA — *Uma casa, tendo um horário de trabalho há muito estabelecido e afixado, pôde alterá-lo, aumentando as horas de serviço?*

RESPOSTA — Se a casa só tem um turno de pessoal, pode alterar o horário desde que esteja em conformidade com a lei geral. Só é obrigada a mandá-lo aprovar desde que haja pessoal a entrar a horas diversas ou o horário não seja conforme à lei geral.

PERGUNTA — *Alegando ter empregados a mais, um patrão despediu uma empregada com treze meses de casa. A empregada foi avisada no dia 2 de Janeiro (note-se que o dia 1 foi feriado) de que o dia seguinte seria o seu último dia de trabalho. Qual a indemnização a que tem direito esta empregada?*

RESPOSTA — Se a razão alegada foi a de pessoal a mais, não houve justa causa para o despedimento. É claro que o patrão podia, por esse motivo, despedi-la, mas com aviso prévio. O aviso prévio para os empregados é de um mês, se estiver ao serviço há menos de 3 anos; dois meses se estiver há mais de 3 e menos de 10; quatro meses, se estiver há mais de 10 e menos de 15; seis meses, se estiver há mais de 15 anos. Logo a empregada tem direito a um mês de ordenado.

PERGUNTA — *Casei com comunhão de bens, mas minha mulher faleceu-me há dias. Como os bens que ficaram são umas roupas e uns modestos móveis, podem os irmãos de minha mulher exigir partilha?*

RESPOSTA — Não tendo filhos, metade dos bens deixados pertencem-lhe. A outra metade é para os irmãos, no caso, é claro, de não ter pais vivos e ter morrido sem testamento. Se eles o exigirem, dê-lhes a metade que lhes pertence e procurem fazer as coisas amigàvelmente. Entretanto, dê parte na Fazenda Pública do falecimento de sua mulher e dos bens que deixou.

Flamalto

ESPÍRITO DE ECONOMIA

Um pequeno cultivador francês, Gustave Thibon, publicou, não há muito tempo, um livro, «Diagnósticos», de reflexões sobre a vida da nossa época. Do primeiro artigo incluído nessa obra, escolhemos alguns trechos que seguem. Talvez se estranhe que se fale aqui, neste jornal dedicado a pessoas que não têm meios suficientes para encarar as dificuldades de cada dia, de espírito de economia. Mas ver-se-á pelas palavras de Thibon, escritas, de resto, em 1939, quando os níveis de vida eram mais elevados, que o espírito de «economia não se confunde com o «juntar dinheiro».

Os homens de certa idade, ainda cheios de princípios do século XIX, costumam lamentar a ruína quase completa do espírito de economia nas gerações novas. Já não se põe nada «de lado»: o operário, o empregado moderno, o jovem casal mesmo, gastam em cada semana ou em cada mês a totalidade do seu ganho. Mais do que isso: hipoteca-se o futuro, desperdiça-se, comprando a crédito, o que não se possui ainda (a nossa época conhece, com efeito, o paradoxo corruptor de um crédito muito largo para o supérfluo: pense-se nas «facilidades» concedidas aos compradores de um auto, de um aparelho de T. S. F., enquanto o crédito para as coisas necessárias — a alimentação e o vestuário — desapareceu quase inteiramente). Este comprometimento do futuro é a contrapartida devoradora do antigo espírito de economia, é uma previdência ao contrário. O homem que outrora reservava alguma coisa para o dia seguinte, podia dizer: o futuro *será cheio* pelo que eu junto hoje. O gastador moderno — pode dizer: O futuro *estará vazio* do que eu devoro hoje. O primeiro alimenta o futuro, o segundo suga-o.

Mas este gasto de dinheiro, escândalo do burguês clássico, não passa do sintoma mais material, mais exterior de uma tara que afecta o fundo da alma moderna: o homem hoje torna-se — e isto em todos os domínios — cada vez mais incapaz de *reserva*. Já não se sabe esperar, quer-se ser pago imediatamente por tudo o que se faz, corre-se até ao limite das possibilidades de prazer... Os autores não se dão já ao trabalho de escrever decentemente, com a pressa de publicar; os amantes possuem-se carnalmente quase antes de se conhecerem, etc. Esta pressa é o sinal de um profundo esgotamento dos caracteres: a força e o equilíbrio internos de um homem medem-se pela amplidão da distância que este homem pode suportar entre o seu trabalho ou o seu amor — e a sua recompensa por eles. No limite, o homem consente em nunca ser pago...

Evidentemente, a desaparição dessa necessidade estreita de acumular dinheiro, que foi o pecado do século passado, não merece ser especialmente chorada. Mas a nossa juventude gastadora está acima ou abaixo dos seus pais, que entesouravam? Economizar, pôr de reserva, é uma exigência central da natureza humana e é limitar o debate e desfiguirá-lo arbitràriamente, entender estas palavras no sentido único de juntar bens materiais.

Um senhor medieval, um santo, um artista, um simples camponês ligado à terra paterna e carregado de família, não juntavam decerto dinheiro. Mas juntavam outra coisa: um capital de virtudes, tradições, bons costumes, sem falar de reservas materiais, mas vitais, como as terras, as casas e o seu mobiliário. Essas pessoas sabiam resistir ao apelo do imediato; sabiam privar-se de alguma coisa hoje (pense-se nos sacrifícios de um cavaleiro, de um asceta, de um simples pai de família) em função de um futuro a defender e a fecundar.

Resumamos aqui Thibon: a burguesia tende a substituir as reservas vitais e espirituais pelas materiais, ora o dinheiro torna-se uma fonte de catástrofes e decadência quando o instinto de previdência se liga a ele em prejuízo das reservas vitais. Pense-se, por exemplo, que valor terá amanhã o dinheiro posto de parte por alguns casais que, para o poderem pôr de parte, se recusam a ter filhos, se não houver então braços juvenis a manterem o produção. Hoje, está-se ainda abaixo da falsa previdência burguesa. Não se economiza, devido à incapacidade de auto-domínio, de sacrifício! — E, para acabar, voltemos às próprias palavras do nosso autor:

Quando nos pregam o «dever de imprevidência», conviria talvez começar por distinguir entre a imprevidência do santo, que não se inquieta com o futuro porque «capitalizou» nele a origem e a eternidade da vida, e a imprevidência do decadente cuja alma se tornou o joguete de cada hora e da tentação que passam e que, tão incapaz de esperar como de escolher, cede constantemente às solicitações *imediatas* de um egoísmo sem continuidade e sem unidade.

Porque o ser menos económico é também o mais egoísta. Economizar, no sentido verdadeiro e são da palavra, significa sobretudo: reservar para melhor dar. Há sem dúvida uma previdência avara e fechada que se opõe às verdadeiras trocas humanas. Mas o seu filho legítimo, a imprevidência absoluta, é ainda mais, talvez, a inimiga da comunhão e do dom. Na ordem material como na espiritual, a liberalidade, a munificência só são possíveis àquele cuja severa vigilância soube criar, em si ou à sua volta, fortes reservas.

... ...

O extremo gastar, que se assemelha aparentemente ao extremo desinteresse, coincide na realidade com o extremo egoísmo, com a ruína total da generosidade. Em todos os domínios, o que mais desperdiça é o que menos dá.

PERPLEXIDADES

— Que idade tens, meu petiz?

— Não sei.

— Então não sabes? Um rapaz do teu tamanho...

— Não tenho culpa. Quando nasci, tinha a minha mãe trinta anos...

— E depois? Que dificuldade?!

— Ela agora diz que tem vinte e seis anos...

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

Recebemos da Biblioteca das Casas do Povo a interessante brochura «Enfrentando o destino das Casas do Povo», que agradecemos.

VISADO PELA COMISSÃO DE CENSURA

PAGINA DESPORTIVA

COISAS DO FUTEBOL

Por ALBERTO VALENTE

JOGOS INTERNACIONAIS E PROFISSIONALISMO

É já na próxima terça-feira que os escoceses do «Glasgow Rangers» serão apresentados ao nosso público no magnífico Estádio Nacional...

Depois, para os primeiros dias de Março futuro está anunciada a visita dos brasileiros do «Botafogo»...

Em seguida, o «Espanha-Portugal», de harmonia com os compromissos há muito estabelecidos, tem de ser jogado em Madrid no dia 21 daquele mesmo mês...

E, finalmente e caso não surjam mais alguns «furos financeiros» a tentarem os nossos principais clubes teremos o «Portugal-Irlanda» — lá para meados de Maio...

Entretanto, os Campeonatos Nacionais vão decorrendo num apaixonado ambiente de «lutas-fratricidas», num frenesi constante das massas clubistas, e com o propósito único, evidente e imediato de cada qual vencer o competidor... que se segue no curso das jornadas do Torneio.

Mas entretanto, igualmente, continuam de pé alguns dos problemas básicos que — quer queiram, quer não... e mais cedo ou mais tarde! — têm de ser resolvidos de acordo com a enorme expansão do jogo, com a importância real do espectáculo, e com a necessária especialização dos seus respectivos «praticantes» desinteressados — ou artistas com interesse.

Cremos não ser preciso enunciar mais uma vez todos esses problemas que carecem de solução. Contudo, relativamente a um deles, permitam meia dúzia de palavras neste ensejo de vésperas de interessantes, renhidos e... patrióticos desafios internacionais.

É muito possível que, nos próximos despiques com escoceses, brasileiros, espanhóis e irlandeses, as equipas portuguesas venham a ser vencidas — fora, ou mesmo dentro das nossas fronteiras. Oxalá que não... mas, se tal acontecer, não alarmemos o Mundo com choradeiras piégas, nem abramos a boca com espanto — na altura da derrota. Preparemo-nos desde já para compreender, então e tão sòmente, que as equipas dos nossos Clubes ou o próprio Onze representativo do Portugal (umas e outro constituídos «oficialmente» por *desportistas-amadores*) não puderam levar a melhor, em desafios de *futebol-espectáculo*, contra conjuntos de clubes estrangeiros ou de países, próximos ou distantes, totalmente formados com *jogadores-profissionais!!!*

Esta será a verdade.

Isto explicará tudo — ou quase tudo.

Muitos dos pormenores da nossa provável inferioridade a revelar nos citados encontros poderão ser descortinados através desta questão tão simples — e tão importante, aliás.

Profissionalismo dum lado, *Amadorismo* do outro!

«Meias-tintas», brincadeira — da banda dos portugueses.

Obrigações e direitos taxativamente regulamentados e impostos, «orgânica» séria — da banda dos escoceses, dos brasileiros, dos espanhóis e dos irlandeses.

Evidentemente que tudo requer o «seu tempo» — tempo para organização, tempo de função e tempo... para dar tempo aos efeitos. E daí, a natural necessidade momentânea de mais uma vez mascararmos o nosso atrazo, «atamancando» processos, normas e trabalho que salvaguardem tanto quanto possível o bom nome e o orgulho nacionais nas partidas já anunciadas — e a disputar com a «prata que ora temos»...

Não há outro remédio.

— Mas se, realmente, quisermos evitar de futuro e para sempre desigualdades técnicas que geram dissabores:

— Se quisermos insistir na realização de espaventosos *espectáculos* internacionais, ante a perícia de «artistas» especializados;

— Se quisermos continuar a ter o prazer e a honra de medir forças com as melhores formações estrangeiras;

— Se quisermos justificar todos os milhares e milhares de bilhetes vendidos do «pé-para-a-mão» e, portanto, desaparecidos antes do dia dos encontros;

— Se quisermos, finalmente, «armar a ricos e a bons futebolistas;

— Não hesitemos!!!...

Resolvamo-nos a pôr a «escrita em dia» e a «casa em ordem»: — *escrita* que será uma regulamentação actualizada e propícia à melhoria do jogo, *casa* que se deve entender como Orgânica Geral duma modalidade desportiva que já não pode ser encarada como mero passatempo domingueiro de multidões — ou simples entretenimento duma alegre rapaziada aos pontapés da «borracha»!...

Preparemo-nos para lutar de igual para igual com os estrangeiros que nos visitam — ou com os países que visitaremos, sem carência de programas de trabalho «magicados» de afoga-dilho e não cumpridos por variadíssimas razões, e sem nos colarmos pegajosamente a uma Estrutura «saudosista» que nem é proveitosa às reais necessidades do Futebol Português, nem chega sequer a ser a expressão da Verdade... na prática.

Que diabo!... não abramos a boca com espanto em caso de derrota, mas abramos os olhos definitivamente.

Assim — como «andamos», não vamos longe!

Mais ainda: — se não começarmos a retroceder como o caranguejo, ficaremos eternamente nesta desoladora «cepa-torta»!

... ...

Claro que, saídos da nossa pena, estes conceitos não devem representar novidade para o público aficionado do jogo da bola. Supomos, contudo, oportuna a repetição da ideia não só por termos à porta a realização de vários *espectáculos-internacionais*, como também para registar na colunas de «O Trabalhador» as seguintes palavras do actual Presidente da Comissão Administrativa da Federação Portuguesa de Futebol, em alusão a tão magno problema:

— «o *profissionalismo declarado* é um dos elementos indispensáveis para se jogar bem o futebol em Portugal.

«O que temos entre nós pode considerar-se um profissionalismo — mas só com direitos e sem obrigações.

«O *profissionalismo declarado* trará, além do inevitável aperfeiçoamento técnico, consideráveis vantagens para o interesse do público, maior massa de jogadores e, sobretudo, mais «matéria prima» interessada na vida do Desporto.

«Os exemplos da Inglaterra, da França e da América do Sul ilustram, claramente, estas afirmações».

... ...

Chama-se a isto: — pôr o dedo na ferida!!!...

O Senhor Prof. Eng.º André Navarro deu-nos a agradabilíssima surpresa da sua esplêndida companhia nesta «cruzada» para valorização do Futebol Nacional, declarando, em súmula, que devemos preparar-nos para lutar de igual para igual com os estrangeiros que nos visitam — ou com os Países que visitaremos...

Talvez não saiba...

Que o clube escocês «Glasgow-Rangers», que vem jogar com o Sport Lisboa e Benfica na próxima terça-feira — e que foi muito falado, aqui há algum tempo, pela sua actuação no jogo com o «Dinamo» de Moscovo — foi fundado por operários!

O desporto há-de ser não só uma fonte de emoção estética mas sobretudo uma escola de energia e de aprumo moral.

MABOR

Pneus e câmaras de ar

MABOR

Produção da

Manufactura Nacional de Borracha

De todos os desportos

Registo e perspectivas da semana

Conta-se, como anedota, que certo viandante, foi surpreendido na sua longa jornada pela falta de mantimentos. Esgotado e famélico, ao herói da história deparou-se, em plena solidão, esperançosa cabana — que avistou, lá muito longe, entre surpreso e jubiloso. Fez das tripas coração, estugou o passo — e foi dar ao abrigo que antolhava salvador.

Bateu à porta — cansado como se calcula, com o dobrar de esforço.

Veio atendê-lo simpática velhota. Contou a sua odisseia: Que vinha haviа longo a caminhar, sem outro alimento que não fosse a sua fé, a confiança inabalável de que havia de chegar ao termo da jornada. Que lhe dessem qualquer coisa de comer, um naco de pão.

Precisava, sem delongas, de continuar o seu caminho.

Entre implorativo e consciente de que era digno da ajuda, o nosso homem insistiu por que lhe mitigassem a fome. A velhota ouviu, atenta — e com visível boa vontade. Não lhe podia valer.

Que tivesse paciência. Ah! — que se fora outra a oportunidade!

Mas justamente naquela altura — não tinha com que lhe matar a fome.

O caminhante bebeu três golos de água, descansou um bom bocado — e prosseguiu no seu trabalhoso andar, que a tarefa não estava ainda cumprida.

Quando tinha percorrido um bom par de quilómetros, ouviu que a velhota chamava por ele, acenando-lhe com as mãos e bradando a plenos pulmões.

— Oh seu homem! Oh seu homem! Venha cá!...

O pobre viandante, sem outra hesitação que não fosse de ordem física, voltou à cabana — quase exausto por este novo esforço.

Chegado à fala, a velhota pergunton-lhe pesarosa e ainda cheiazinha de boa vontade.

— Oh seu homem, V. Gosta de pão com chouriço?

— Sim, minha rica benfeitora. Bem vê, qualquer coisa serve...

— Pois calcule V. que nem isso cá tenho!...

* * *

Mal comparado — ou talvez não — foi isto mais ou menos o que se passou com o popularíssimo pingue-pongue!

Depois de um trabalho de longos anos — eis que o tênis-de-mesa se preparava para longa e proveitosa jornada: o Campeonato do Mundo a realizar em Londres.

Vieram as primeiras esperanças, logo as primeiras desilusões. Tornaram a acenar-lhe... e veio o... pão com chouriço!...

Não está bem!

O tênis de mesa, porém, há-de continuar o seu caminho.

O viandante da história — também chegou ao termo da jornada!

Autenticos campeões

Já reparaste, caro camarada, que Portugal é o País da Europa onde melhor se pratica o óquei em patins?

Atentaste, porventura, no exacto significado do título de campeões que os portugueses conquistaram no ano anterior, ali no coração da capital?

Ele quer dizer, nada mais nada menos que o seguinte: «*Quando não mais, valemos tanto como os outros*».

A questão está em que se trabalhe, em que haja brio, amor, dedicação. E também competência e bom senso.

O óquei patinado — um dia havemos de contar-te a sua história — não nasceu «campeão». Impôs-se, triunfou à custa de perseverança — em partes iguais distribuída pelos jogadores e dirigentes.

Hoje o óquei em patins é, um valor internacional, a modalidade n.º 1 no nosso País. Pois se o óquei português é o primeiro da Europa...

Vieram há dias os belgas — aqueles que em Maio último haviam brilhantemente seguido os lusitanos, na classificação do Campeonato do Mundo.

Vieram — jogaram de forma admirável, mas foram derrotados nitidamente. E na equipa portuguesa faltou esse diabólico Jesus Correia...

No primeiro jogo, embora com uma segunda parte demasiado sombria para ser verdadeira — o resultado cifrou-se em 6-3.

No encontro seguinte (Lisboa-Antuérpia) vencemos por 7-2, num dos melhores desafios que os lusitanos terão efectuado.

Três internacionais se estrearam: António Henrique, António Maia e Vasco Velez.

Todos cumpriram, mostrando-se à altura dos seus consagrados companheiros, Cipriano, Ermido, Sidónio, Olivério e Correia dos Santos.

Deixa-me dar-te um conselho: — Tira-te dos teus cuidados, vai ao Pavilhão dos Desportos ver o óquei em patins, em noite de jogo grande — e diz-me para aqui que tal te deste com a sugestão...

O junior QUARESMA do Sporting — novo campeão nacional de «Corta-mato»

Ficaram para trás Joaquim, Branco, e João Conde, e Américo Guedelhas, e Álvaro Conde e Vítor Baptista.

Triunfou Joaquim Quaresma no primeiro Campeonato Nacional de Atletismo disputado esta época.

Os do Norte não vieram, mas a prova revestiu-se mesmo assim de muito brilho — ainda com a virtude de fornecer vencedor o atleta tàcticamente mais perfeito.

Por equipas ganhou também o Sporting Clube de Portugal.

Com o ATLÉTICO no comando terminou a primeira volta do Campeonato de Lisboa em Basquetebol!

Vencendo o Benfica por 36-24, na melhor jornada deste Campeonato, em que o Carnide bateu o Lisgás (28-23) e o Belenenses derrotou o Sporting (31-18), o Atlético Clube de Portugal quindou-se ao primeiro posto da tabela da classificação.

Para quantos seguem o Basquetebol de perto, a reunião da penultima sexta-feira terá ficado como índice seguro — se outros já não se lhes tivessem deparado — de que a modalidade seria bem digna do Pavilhão dos Desportos...

A noite convidava — os jogos também — de modo que o campo do Ateneu registou uma enchente.

E que bem jogou o Atlético nesse desafio!

José Ferreira, em quem muitos chegaram a ver o sucessor de José Lopes (que terá sido o melhor jogador de todos os tempos), voltou a actuar como na sua melhor época.

Mas os companheiros também contribuiram, e em muito, para a bela vitória da equipa da Tapadinha.

Belenenses e Benfica ocupam os lugares de honra do Torneio lisboeta, cujas 1.ª e 2. divisões Moscavide e Boa Hora comandam actualmente.

NOVAS VITÓRIAS do Sporting e de «Os Treze» no campeonato de Andebol

Jogando contra o Benfica o Oriental, que sofrera domingo anterior pesada derrota, registou agora expressivo triunfo (12-5).

Os Belenenses descansaram e «Os Treze» e o Sporting voltaram a arrecadar três pontos cada, vencendo copiosamente o Glória (14-3) e o Almada (12-6).

Será que o persistente grupo «Os Treze» se vai alcandorar este ano às brilhantes posições do passado?

Merecia-o bem — tamanha tem sido a sua força de vontade!

José Ilharco

ORGANIZAÇÃO ECONÓMICA

Para a organização profícua da economia adentro da estrutura de qualquer sociedade ou empresa, torna-se imprescindível, antes de mais, a transformação da mentalidade nela existente.

Se afirmamos isto sem mais preâmbulos, é porque estamos intimamente convencidos de que a maioria dos trabalhadores portugueses são, ainda hoje, vítimas daquela cegueira que os leva a fazer residir o fulcro do problema na supressão exclusiva e total do proveito capitalista. Ora, ver o problema por este prisma, é, claro está, encará-lo com olhos deformados e deformadores.

Não queremos, evidentemente, defender o capitalismo, mas para nós a questão põe-se de uma maneira bastante diferente.

Uma política económica realista, quero dizer, eficaz e organizadora, só atingirá os seus fins, quando visar, acima de tudo, à independência do trabalhador, à emancipação real da sua condição de assalariado. É que a revolução, na paz, em que o mundo do trabalho anda profundamente interessado, não visa sòmente à elevação do nível material das classes trabalhadoras, mas a uma emancipação, na plena acepção da palavra, que possa dizer-se integralmente humana.

Muitos dos trabalhadores portugueses, quer-nos parecer que às vezes até sem o desejarem, são levados a adoptar, como solução, para os problemas do trabalho, as já gastas teorias do socialismo tradicional. Enganam-se, porém. A socialização geral dos meios de produção não resolve o problema. A experiência de alguns países demonstra-o suficientemente. Por outro lado, o dito capitalismo, com a sua tendência fatal para a anarquia e para toda a ausência de controle, também o não resolve. Além disso, o capitalismo anda intimamente ligado ao sistema vigente em que a condição do homem-trabalhador não alcança ir além da dum mero assalariado.

Isto, claro está, porque boa parte dos lucros que pertencem, por natureza, às mãos do trabalho, vão injustamente engrossar as mãos do capital.

Daí que a revolução a operar no mundo do trabalho tenha,, para sortir o almejado efeito, de enveredar pelo caminho da organização económica estrutural das empresas, mediante a eliminação total do homem-trabalhador enquanto assalariado. Porque, enquanto no seio duma empresa se não suprimir tal condição, há-de correr-se sempre o risco, como já se escreveu, e muito bem, de cair no estatismo tirânico ou paternalista. Ora nenhum destes estatismos é aconselhável: direi antes, tolerável. Ambos são totalitários e se bem que usem de processos diversos, encontram-se frequentemente nos seus objectivos últimos.

Fartos de violências andamos nós e de paternalismos muito bem intencionados nas palavras de apresentação, mas infelizmente desastrados nas suas trágicas consequências. Sinais dos tempos e incoerências dos sistemas forjados pelos homens!...

Não se creia, no entanto, que a supressão do regime vigente na maioria das nossas empresas em que o homem não passa dum assalariado é uma tarefa demasiado fácil de realizar. Não é. Para se conseguir é preciso modificar quase estruturalmente as relações sociais do pessoal constitutivo dessas empresas. E é preciso, da parte dos trabalhadores, que estes se encontrem em condições de assumir as suas responsabilidades. Procurem, pois, valorizar-se todos, intelectual e tècnicamente, já que a libertação que todos ansiamos tem de ser fruto do seu mesmo trabalho, obra produzida pelas suas próprias mãos.

O trabalhador português tem aptidões suficientes para atingir o lugar a que tem jus na vida. Basta que procure desenvolvê-las e consciencisá-las. Basta que olhe o futuro com fé e confiança — querer é poder, já diz o ditado — e não se quede de braços cruzados, vergado ao peso do seu arcaboiço, ou então a olhar estrelas mortas num céu já sem azul, sem vida.

V. M.

a voz dos nossos camaradas

Uma carta anónima do Seixal, por excepção, vai ser tomada em conta. Mas que não sirva de exemplo. As cartas anónimas, para nós não servem. Não tenham medo que nós não denunciamos nunca as pessoas que nos escrevem, a não ser que se prove que mentiram e nos enganaram. Então diremos quem foi que nos quis iludir. Doutra maneira, é para nós sagrado o pão de cada um, e, por isso, sempre recusaremos dizer o nome dos que nos escrevem as verdades.

Pois a carta do Seixal diz o seguinte:

«Aqui no Seixal os padeiros encontram-se em má situação. Dentro da sede do Concelho o salário dos forneiros é de 25$00 e dos amassadores de 24$00. Fora da sede do concelho, é de menos um escudo em cada categoria. Como descontamos ainda 8% sobre o nosso salário, sucede que recebemos menos 2$00 por dia. Enquanto em Lisboa ainda há a venda do pão à porta dos fregueses, o que aqui não existe, pelo que não temos essa compensação».

Realmente o salário de 24$00 ou 25$00 por dia, sujeito a descontos é hoje um baixo salário. Há que insistir junto dos Sindicatos pelo estudo da questão, porque aquele que nos prepara o pão de cada dia também tem o direito de viver decentemente.

De Torres Vedras escreve-nos um assinante queixando-se do que se passa nos armazéns de vinhos daquela área:

«Os operários e empregados dos armazéns de vinhos são obrigados a sindicalizarem-se e a descontar para a Caixa de Previdência. Mas acontece que, por falta de fiscalização, muitos patrões admitem pessoal não sindicalizado. Isto prejudica os sindicalizados, alguns dos quais estão sem trabalho. E como os patrões não descontam por não os terem sindicalizados, o prejuízo é para uns e para outros. Porque motivo não vem a fiscalização, se este mal existe não só aqui mas também na área do Bombarral?»

Isso é uma pergunta a que não sabemos responder. A sua queixa irá certamente chegar a quem lhe pode dar resposta.

Nota da Redação — Tem-nos chegado muitas cartas queixando-se, de vários pontos do país, contra as Caixas de Previdência das respectivas profissões dos leitores que nos escrevem.

Devemos dizer que nem todos têm razão em algumas das suas queixas. As Caixas de Previdência não foram feitas apenas para dar subsídio na doença, mas também para a reforma dos operários. É evidente que esta só a começarão a dar as Caixas depois de uns tantos anos de contribuição. Quando a reforma começar a ver-se *pràticamente*, então já se começará a compreender melhor a sua finalidade.

Sabemos que há queixas justas. E essas faremos o possível por lhe dar guarida e por as reforçar nestas colunas. Mas aquelas que provêm apenas da falta de conhecimento, essas ficarão de... môlho.

É, porém, de lastimar que os operários desconheçam ainda para que descontam no seu salário. Mas a culpa será apenas deles?

Da firma Morgado, Lda., de quem um camarada se queixou no nosso segundo número, recebemos a seguinte carta:

«A firma Morgado, Lda. não pode ser acusada de se *abotoar* com os descontos do pessoal, pois é certo que, embora atrasada no respectivo pagamento à Caixa Sindical, devido a dificuldades de carácter financeiro de que nenhuma indústria está livre, manteve sempre o seu pessoal ao facto da sua situação perante a referida Caixa.

«O informador ou autor da carta em questão, diz que tendo entrado em Maio ao serviço da nossa firma, não recebeu até à data qualquer abôno de família; isso deve ser falso visto que os descontos referentes a abôno de família até ao mês de Julho foram pagos em devido tempo na Caixa Regional. E do conhecimento da nossa firma que todos os parte dos operários já receberam o abôno de família por intermédio daquela Caixa Regional, e se o autor da carta ou informador ainda o não recebeu não é nossa a culpa.

«Também não houve represálias como foi verificado pelo Instituto Nacional do Trabalho e pode ser atestado pelo Ex.mo Assistente Social Sr. Dr. Bernardes do mesmo Instituto, e se houve suspensões foram-no sòmente motivadas por falta de trabalho.

«Também não se fez depósito dos descontos no Instituto Nacional do Trabalho, mas sim pagamento total dos mesmos, referentes aos meses de Agosto a Outubro e pertencentes à Caixa de Previdência dos Técnicos e Operários Metalúrgicos e Metalo-Mecânicos, ficando assim a nossa situação perfeitamente esclarecida e não em suspenso como se depreende da carta publicada.

«Também não houve *trafulhice* no pagamento de indemnizações, pois não houve indemnizações a pagar, e tudo foi feito, em conformidade com a opinião e conselho do Ex.mo Assistente Social do Instituto Nacional do Trabalho, o qual em face da vossa publicação se pode também considerar atingido pelo gracioso epíteto acima sublinhado.

«Também não pode ter havido funcionário nenhum que afirme estar em dissolução a firma Morgado, Lda., o que é absolutamente falso, pois embora haja uma alteração no pacto social a firma continua a exercer a sua indústria. Seria até motivo de procedimento criminal que algum funcionário das Caixas de Previdência fizesse tal afirmação.

«Resta, pois, claramente, da leitura do texto da tão já aludida carta, para qualquer pessoa bem intencionada, que o informador ou autor da mesma não pode deixar de ser pessoa sem carácter e de baixos sentimentos para quem a verdade e a dignidade alheia nada valem, pois até nem dúvidas tem de se acoitar ao anonimato para insultar o próximo.

«Agradecendo a V. antecipadamente a publicação da presente de que me julgo aliás com direito, pois além de ser sócio da firma sou também *um trabalhador*, e pedindo me releve qualquer palavra menos digna, creia-me com a maior consideração e estima,

João Morgado

Folgamos com as explicações que nos dá a firma em questão. Devemos porém esclarecer que a pessoa que nos escreveu nem é um anónimo (pois sabemos quem é) nem tem falta de carácter.

As anomalias existiram e ainda existem em parte (a queixa referia-se ao pagamento do abono de família, cujas percentagens cobrou ao pessoal e não pagou como devia, a tempo e horas, certamente por necessitar de aplicar o dinheiro noutros fins), mas as razões daquele lastimável estado de coisas eram diferentes, pelo que se deduz desta carta, daquelas que pareciam.

Antes assim, para bem de todos. Fazemos votos que desapareçam as dificuldades financeiras da empresa, e que o seu pessoal não tenha outros motivos de falar dela senão em seu favor.

Creia que não desejamos outra coisa.

Somos ou não somos

Por UM DA MARINHA MERCANTE

Afirmou um relatório norte-americano, que o povo português é dos mais pobres do Mundo. E o mal foi afirmar, que somos assim tão pobres, porque logo vozes se ergueram a desmentir tal afirmação, e o erro até foi exposto na Assembleia Nacional. A dizer-se a verdade, alguns dados comparativos foram então apresentados, em que nitidamente realça o baixo nível de vida de nós, operários. Que se peça que entre nós se organizem profundados estudos — que a Estatística não é uma cadeira de ornamento em «Económicas e Financeiras» —, a fim de avaliar o rendimento nacional, é só de louvar. Certamente, outro tanto devem ter feito os norte-americanos, que sobrepõem os estudos económicos a todos os outros, que a tudo aplicam, hoje, a estatística, em face da sua posição, responsabilidades e obrigações no Mundo hodierno.

Dizer, que somos dos mais pobres, o intuito não terá sido, dizer, que somos os mais pobres, e a verdade é, que não somos ricos.

Certamente, que os mais pobres não seremos, quando toda a gente sabe o atraso e miséria em que vivem os povos orientais, ainda hoje, sob regimes despóticos e feudais. Mas, se não somos os mais pobres do Mundo, a não ter-se dado o último conflito que ensanguentou o nosso continente, possivelmente seríamos dos povos de mais baixo nível de vida, na Europa. Ninguém pode ignorar, quantos sacrifícios e bens custou tal conflito a tantos povos europeus, e é de tomar em atenção, que nós ficámos neutros, bem de que hoje folgamos.

Anunciou o Sr. Ministro da Economia um plano tão vasto, ouão profundo, que pelo nome de «Plano de Fomento Industrial», toda a gente conhece já e a todos alegrou. E, em nossos corações de operários, brilhou rutilante a esperança de melhor futuro, de um nível de vida, que nos permanta uma casa modesta, uma alimentação sadia e suficiente, que o medo da velhice deixe de ser uma realidade, para que nosso trabalho seja exercido à sombra de alegria sã, que seja voluntariosamente fecundo, e outra não será a nossa vontade, e aqui ceabarão as nossas ambições. E, certamente, que nosso trabalho será mais e mais especializado, com a consequente riqueza que permitirá, que o nosso lar seja um ninho de amor, de sincera fraternidade, de alegria, em que sãos risos se ouvirão, não histéricos ou convulsos, mas de almas sãs, íntegras e felizes.

DIAS NEVES

TODA A CORRESPONDÊNCIA DEVE SER DIRIGIDA PARA A RUA DAS JANELAS VERDES, 47 — LISBOA

CARTA DE AMIGO

De um operário a outro operário

Disse-te que a vida é feita de pequenas coisas e creio que concordaste comigo.

O mal vem, quase sempre, de não darmos a devida importância a essas coisas pequenas.

Observemos a vida familiar de tantos que atormentam a existência com motivos fúteis, partindo de uma palavra simples à discussão acalorada, só porque um dos dois não quis ouvir em silêncio ou desculpar, como era natural, a atitude do outro... esperando, ao menos, que a tempestade desse lugar à bonança.

Se todos estivéssemos sempre atentos àqueles previstos acontecimentos, próprios da nossa natureza imperfeita, saberíamos recebê-los com o mesmo bom senso do viajante que depara com pedras no caminho e delas se afasta para não tropeçar...

A paz a que aspiramos e a que temos direito, tem de partir de nós, vivendo-a, primeiro, intimamente, para, depois, a irradiarmos à nossa roda.

Se o pequenino mundo em que nos movemos (a família, o trabalho e as relações) fosse um bloco de paz, a sociedade — que é feita dessa variedade de blocos, — seria um todo de paz!

Faz do teu Lar um refúgio de sossego e harmonia. Não consintas que alguém ou alguma coisa o perturbe. Defende, depois, como um tesouro precioso, essa riqueza que talvez tenhas de conseguir à custa de sacrifícios. Se ainda não deste um passo naquele sentido, pára, observa-te e escuta o que te diz a consciência. Talvez sejas, em grande parte, tu o culpado. Não queiras que pese sobre ti essa acusação!

Há tantos que ascendem ao honroso posto de «chefe de família» e não meditaram nunca no valor desse cargo tão importante, cheio de beleza e responsabilidade!

Terá sucedido assim contigo? Se a afirmação se justificar, lembra-te que é tempo de tomares uma atitude superior.

A mulher e os filhos são pedaços do nosso corpo e da nossa alma.

«Faz-te amar, não te faças temer». Pelo amor ganha os corações dos que te são queridos. Então verás como és desejado, quando estás ausente,— com ansiedade e alvoroço.

A tua chegada, no regresso do trabalho ou após qualquer ausência, será luz a iluminar a casa toda.

Não compreendo que haja quem entre em casa de lábios cerrados e o olhar desviado de todos, supondo que assim impõe mais respeito... Pode haver posições hirtas à sua passagem, mas não há, com certeza, almas a cantar, nem sorrisos de saudação!

Constituir família é uma coisa; construir a paz familiar é outra. Esta é a obra de todos os momentos, e obrigação de cada um dos seus membros. O exemplo deve partir sempre do chefe; como ele fizer, procederão os outros: Sê carinhoso e encontrarás carinho; sê dedicado e acharás dedicação. Quantos, porém, recebem tudo isto... e não dão nada? Mas esses são pobres... de carácter, porque nem retribuem o que lhes é dado com tanta abnegação e amor! Não seja assim contigo!

Dá ao teu Lar a vida do coração, fazendo dele uma fornalha de amor onde tu, a tua mulher e os vossos filhos encontrem o calor que alimenta a vida.

Compreenderás, então, o valor do teu esforço, trabalho de todos os instantes, e como através de pequenas coisas se chega a essa coisa tão bela — a paz do Lar!

PAULO DA CRUZ

Assim não há que temer

«O Trabalhador» tem suscitado tantas dedicações e tão grandes heroismos, que nos não é possível assistir a eles com olhos enxutos.

A mãe de família, pobremente vestida, que veio à nossa administração trazer 50$00 para a assinatura de um ano, com um filhinho ao colo, tendo deixado em casa mais uns poucos; o operário que resolve cortar com alguns cigarros para pagar o «seu» jornal; o limpa-calçado de Viana do Castelo que não contém a sua alegria e nos escreve uma carta comovedora; o rapaz que veio dos arredores, de propósito, abraçar o redactor; os inúmeros trabalhadores que arrancam com sacrifício à sua magra féria um escudo por semana; os que pedem emprestado para pagar a assinatura! Etc., etc., etc.

Quanto dinheiro entra no jornal que podemos afirmar que é sangue!

Com tantos sacrifícios, pode «O Trabalhador» sucumbir? Não!

O sistema das prestações

Escreve-nos um leitor a seguinte carta que publicamos, por ser a expressão da verdade:

«Li o artigo publicado em «O Trabalhador», de 31 de Janeiro, sob o título de «O homem e a máquina». Concordo com quanto nele se diz menos com o cálculo do lucro da venda de máquinas de costura a prestações. A percentagem correspondente ao aumento de preço no sistema referido, não é como diz de 12,5%, mas pelo menos de 25% ao ano. E digo pelo menos, não apresentando a conta exacta, porque ignoro se os 380$00 da 1.ª prestação se pagam no acto da entrega da máquina ou no fim do primeiro mês. Mesmo não entrando em linha de conta com a prestação de 380$00 temos que, pagando a pobre costureira 180$00 cada mês o capital empatado pela firma vai decrescendo sempre.

Fazendo as contas verificamos que o prazo médio das diversas quantias é igual a 12 meses para o capital total. Nestas condições o juro cobrado é como se disse de pelo menos 25% ao ano, percentagem esta que é efectivamente paga por cima do preço da tabela.»

«O TRABALHADOR» NO NORTE

Os profissionais do Comércio queixam-se, e com razão, DO GRANDE ATRAZO

com que lhes é pago o Abono de Família

Pessoa amiga falou-nos, um destes dias, da situação difícil em que se encontravam, no Porto, muitos profissionais do Comércio pelo facto da respectiva Caixa Sindical de Previdência trazer os pagamentos do «abono de família» atrazados em dois e três meses. A princípio, quase nem queríamos acreditar. Porque, em boa verdade, não compreendíamos — e, agora, depois da certeza, continuamos a não compreender nem a admitir — que tal se passe.

Que houvesse atrazos no princípio, nos primeiros tempos de funcionamento da máquina, vá. Falta de prática, montagem e normalização de serviços, período de adaptação de funcionários, demoras de processamento por falta de respeito das datas para depósito, por parte das firmas não habituadas ou refractárias, enfim, atrazos compreendíamo-los no princípio da organização. Compreendíamo-los e, de certo modo, justificavamo-los. Agora, quando já tudo deve ser feito de harmonia com a experiência colhida, para eliminar dificuldades e abreviar o andamento dos processos, agora, não compreendemos atrazos nem os admitimos.

Abonos de Outubro a Novembro de 1947 pagos em 12 de Janeiro deste ano

Mas, enfim, era verdade o que nos diziam. Isso mesmo nos confirmou um dos interessados, desta cidade. E contou-nos, não fosse a falta de elementos levar alguém a julgar tratar-se de uma afirmação gratuita: em 6 de Novembro de 1947, o nosso informador, juntamente com mais cinco colegas seus, da mesma casa comercial todos, dirigiram-se, por carta registada, à respectiva Caixa pedindo que fosse abreviado o pagamento dos abonos em atrazo, pois que tal demora lhes ocasionava grandes transtornos e até prejuízos na sua vida particular e esclarecendo que o último abono recebido (!...) fôra do mês de Agosto, pago em 6 de Outubro findo. Acrescentavam os signatários que os magros honorários que auferiam e as despesas a que a vida os obrigava constituíam a razão determinante da solicitação que faziam. Em 16 de Novembro, a Caixa dirigia-se à firma onde trabalhavam estes profissionais do comércio pedindo para a mesma os esclarecer de que o *seu pedido fora devidamente apreciado mas que era absolutamente impossível atendê-los, porquanto havia a considerar, entre muitos factores imperiosos, o facto de as contribuições darem entrada naquele organismo no mês imediato àquele a que dizem respeito e só então se proceder ao processamento de abonos.* Justificando o esclarecimento prestado, continuava o ofício: «*Este trabalho requer tempo e atendendo a que o número de beneficiários aumenta num ritmo cada vez mais rápido, mercê de sucessivas integrações de outras* Caixas de Abono de Família, lógico é admitir que o pagamento de abonos não seja executado dentro de um espaço de tempo inferior ao actual, embora se estude a possibilidade de um encurtamento entre o acto do depósito de contribuições e o pagamento dos abonos».

O ofício diz que *é lógico*. Enfim, não compreendemos lá muito bem esta lógica, uma vez que, se há mais serviço, devia haver organização, dirigentes e funcionários capazes para o executar com brevidade. E especialmente porque não é com lógicas destas que se prestigiam os Serviços.

Entrando as contribuições em depósito até ao dia 10 de cada mês seguinte àquele a que respeitam, continuamos a não compreender a tal lógica do ofício, apesar das sucessivas integrações de outras Caixas de Abono de Família. Quem obriga ao respeito dos prazos que determina, não deve esquecer os direitos dos obrigados. Direitos que, nestes casos, e nas circunstâncias em que a vida se apresenta, são os direitos das famílias: os direitos das esposas, os direitos dos filhos, os direitos das mães, enfim, os direitos daqueles que estão a nosso cargo e por cuja vida tanto sacrifica a vida cada um de nós. É esta a lógica que compreendemos.

Mas, adiante: em 11 de Dezembro de 1947, os mesmos signatários dirigiram-se ao Sr. Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, contando que o último abono recebido fora o de Setembro, em 7 de Novembro, expondo as diligências já efectuadas e juntando cópia do ofício que em 16 de Novembro a Caixa enviara à firma onde trabalhavam e a que atrás nos referimos. Acrescentavam que a firma a que estão ligados faz sempre os depósitos correspondentes dentro da data fixada pela Caixa — o que os levava a não compreender o atrazo — e apelavam para o Sr. Subsecretário no sentido de conseguir que os abonos em atrazo lhes fossem liquidados o mais breve possível.

Em 13 de Dezembro, era a própria firma de que são empregados que fazia notar à Caixa que os abonos de família do seu pessoal, referentes a Outubro e Novembro, ainda não tinham sido pagos até àquela data, pelo que pedia o favor de providenciarem.

Em 29 de Dezembro, um dos interessados dirigia-se ao Sr. Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, repetindo as diligências colectivas, justificando a insistência pela necessidade que tinham e pela falta que lhe faziam os abonos e aduzindo as seguintes razões do seu caso pessoal: «Sou empregado da firma... há catorze anos, onde usufruo o pequeno ordenado de 850$00, que com as diuturnidades de dois anos aumenta mais 5 por cento, prefazendo o total de escudos 892$50: desconto deste escudos 67$60, ficando com um saldo de esc. 824$90, que juntamente com o abono de esc. 110$00 perfaz o total de ESC. 934$90! Tenho mulher e filho para sustentar, e apesar deste insignificante ordenado — nos dias de hoje — a Caixa Sindical... acha por bem reter-nos o abono de família há quase três meses!»

Citava, depois, elementos para sua identificação e comprovativos da sua idoneidade moral para concluir dizendo ser um português que se dirigia a outro português, com poder, e pedindo o seu auxílio para receber o que lhe era devido.

Em 5 de Janeiro do corrente ano, novamente a firma em causa se dirigia à Caixa, confirmando a sua carta registada de 13 de Dezembro passado e informando que os abonos do seu pessoal, referentes a Outubro, Novembro e Dezembro ainda não tinham sido pagos, pelo que pedia, sobre o caso, uma informação na volta do correio.

A tempo, dizia que os depósitos referentes ao mês de Dezembro passado tinham sido efectuados naquela data na Filial da Caixa Geral de Depósitos desta cidade.

Em 14 de Janeiro, ofício da Caixa Sindical para a firma, comunicando que os abonos devidos ao seu pessoal relativamente aos meses de Outubro e Novembro do ano findo seriam globalmente pagos em Janeiro corrente. E acrescentava, talvez de harmonia com aquela lógica a que atrás tivemos ensejo de aludir, que OS ABONOS RESPEITANTES A DEZEMBRO ÚLTIMO SERÃO INCLUÍDOS NO PROCESSAMENTO EM CURSO E PAGOS EM FEVEREIRO PRÓXIMO.

Finalmente,

— e já não era sem tempo, concordemos que também é lógico — em 12 de Janeiro deste ano os profissionais do comércio ao serviço da firma a que aludimos, recebiam os abonos de família *referentes aos meses de Outubro e Novembro de 1947*.

E, aqui terminou a história? Sim, pode terminar aqui, uma vez que a nossa intenção é apontar factos desagradáveis, pedindo, a quem de direito, neles atente e os remedeie de acordo com a solução que reclamam e com as possibilidades. Mas, cautela, não vá suceder que as possibilidades tenham as costas demasiado largas. Que, nesse caso, nada se poderá fazer de útil à Comunidade.

Outros que ainda esperam

Não queremos, porém, terminar completamente sem dizer que, segundo nos informam, os *subsídios de doença* também não andam lá muito em dia para os profissionais do comércio. Ainda a propósito de doença — triste direito que todos nós temos — pedem-nos para dizer que no posto clínico da Caixa Sindical de Previdência dos Profissionais do Comércio, nesta cidade, cujo funcionamento, à tarde, começa às 18 horas, já se não consequem fichas para consulta às 18 horas e um quarto. A pessoa que nos informa diz que, consigo, já isto se deu por três vezes. Dá origem a esta situação, parece que o elevado número de consultas e o facto de estarem juntos, neste posto, os serviços clínicos de várias Caixas Sindicais. É louvável, quase iamos a dizer, quanto à primeira razão. Corrigimos, porém: é bom sinal, dentro da relatividade das coisas, que haja muitos consulentes e muitas consultas. Se é certo que prova muitos doentes, não deixa, também, de provar o grande cuidado — e louvável cuidado! — que cada um tem com a sua vida, bem tão grande que Deus nos deu e que só Ele no-lo pode retirar. O que não é nada louvável é que, um quarto de hora depois de aberto o serviço, já não haja possibilidade de mais ninguém a ele recorrer. Isto leva, naturalmente, a que muitos sócios beneficiários que precisam não possam beneficiar da existência dos serviços médicos da Caixa Sindical. Porque nem todos os casos de doença podem esperar vez para serem estudados e diagnosticados. E recorrem à clínica livre, onde têm de pagar sem poder.

Ora isto não está certo, nem tem lógica nenhuma.

E ainda sobre abonos de família atrazados: ao pessoal de uma firma desta cidade ainda não foi pago (na altura em que escrevemos) o abono desde o mês de Setembro do ano passado; ao pessoal de seis firmas ainda não foi pago desde Novembro; ao de outras seis ainda não foi pago desde Dezembro. Isto — seja dito em abono da verdade — são apenas alguns casos — aqueles de que mais directo e rápido conhecimento tivemos. Quantos mais haverá assim?...

E por aqui nos ficamos hoje, para não alongar demasiado.

P. S. — Já depois de escrita a presente notícia, soubemos de um ofício da Repartição de Previdência Social (Instituto Nacional do Trabalho), de 24 de Janeiro corrente, em que a um dos interessados, empregado da casa comercial a quem foram pagos em 12 de Janeiro os abonos de Outubro e Novembro do ano passado, é comunicado que, em referência à exposição dirigida em 29 de Dezembro findo a Sua Excelência o Subsecretário de Estado das Corporações e à de 11 do mesmo mês da qual o dito interessado era o primeiro signatário, se informa que, ouvida sobre o assunto a Caixa Sindical de Previdência dos Profissionais do Comércio, comunicou esta que os abonos relativos a Outubro e Novembro foram pagos no início do corrente mês de Janeiro, esperando dentro em breve liquidar os abonos correspondentes a Dezembro. Pedem ao interessado a favor de dar conhecimento deste ofício aos restantes signatários da exposição de 11 de Dezembro findo.

Prova isto — e ainda bem — que não foi indiferente ao Subsecretário de Estado das Corporações a situação dos Profissionais do Comércio, em causa.

Mas porquê a necessidade de tais recursos, quando tudo devia andar certo, sem precalços nem atrazos que desprestigiam e prejudicam?

APRENDAMOS ECONOMIA

Por ABEL VARZIM

NOÇÕES FUNDAMENTAIS (III)

Já sabemos o que é um *bem*, uma *riqueza*, uma *mercadoria*. Já aprendemos também a saber o que é a *troca*, e que esta se realiza entre *utilidades* iguais, ou entre *valores* iguais. A utilidade, porém, enquanto não está sujeita a troca chama-se *valor de uso*; quando o está, toma o nome de *valor de troca*. Devemos contudo fixar que sempre que falemos de valor sem especificar, se entende o *valor de troca*. E a razão é simples: não interessa a ninguém discutir o valor de uma coisa a não ser quando a deseja vender ou quando a reserva para um dia a vender se precisar. Falando-se, por isso, de valor já se fica sabendo que é do valor de troca que se fala.

Mas afinal o que é o valor?

Pelo que já vimos das noções anteriores, diremos que o valor é o poder que uma mercadoria tem de adquirir outra por meio de troca. Se com um carneiro posso adquirir uma enxada e um par de sapatos, direi que o valor do carneiro é igual ao valor de uma enxada + o valor de um par de sapatos.

O valor é, portanto, o poder de aquisição de uma mercadoria, ou, em linguagem actual, o seu *poder de compra*. Quanto maior for o poder de compra de uma mercadoria tanto maior é o seu valor. Assim diremos que o ouro tem mais valor do que o ferro. Porquê? Porque se compram mais coisas com um quilo de ouro do que com um quilo de ferro.

De tudo isto, se podem tirar certas conclusões:

1.ª O valor é *relativo*. Uma riqueza não *vale* em si; o valor só aparece quando a comparamos com outras de espécie diferente. Assim, numa ilha deserta onde não haja nada para trocar ou vender, não têm *valor* económico nenhum os objectos que levemos para lá. O valor não é absoluto, mas relativo.

2.ª A medida dos valores faz-se pela troca. Um quilo de ferro pode ser trocado por dois quilos de chumbo? Diremos então que um quilo de ferro mede o valor de dois quilos de chumbo, e vice-versa.

3.ª Portanto, os valores são correlativos, isto é, a baixa de um está sempre em relação com a subida de outro ou de outros.

Se um quilo de ferro vale hoje dois quilos de chumbo e passar a valer amanhã só um quilo, é porque o valor do ferro diminuiu e o valor do chumbo aumentou.

4.ª Não seremos exactos na expressão, se dissermos que tudo subiu com a guerra. Como os valores se medem em relação com outros, é absurdo dizer que todos os valores subiram. Ao menos um não subiu! Se não fosse assim, não se poderia fazer a relação — a comparação. Quando os valores sobem em conjunto, é porque há um valor que desceu: o da moeda. Ficamos, portanto, sabendo que a moeda desceu de valor quando os outros valores subiram. Por outras palavras: o valor da moeda, isto é, o seu *poder de compra* baixou. Esta conclusão é importante! Se a moeda baixar de valor e os rendimentos (salários, ordenados, lucros, dividendos, etc.) permanecerem nominalmente os mesmos, o nível de vida baixa, porque diminuiu o poder de compra da moeda. Para manter o mesmo nível de vida, é necessário: ou aumentar de novo o valor da moeda, ou aumentar os ganhos. Não há outro caminho.

Quanto custa UMA OPERAÇÃO

Merece-nos o maior interesse a situação dos pequenos proprietários rurais cujo nível de vida é, por vezes, inferior ao de muitos sectores do operariado.

Publicamos por isso, a seguir, a carta que nos foi enviada por um modesto agricultor do Distrito de Coimbra.

Dispensa comentário.

Uma pessoa de minha família adoeceu há tempo e o único remédio para o seu mal era ser operada.

Depois de hesitar durante algum tempo, como fosse peorando resolveu submeter-se à operação que tinha de ser feita em certa cidade do centro do País, por mais próximo não haver onde a pudesse fazer.

O seu clínico assistente indicou-lhe o médico operador, coproprietário de uma Casa de Saúde na dita cidade, onde o doente foi internado e operado, tendo saído com alta ao fim de três semanas.

Apesar de ter estado em 3.ª classe, como pobre que é e a intervenção cirurgica não ser das mais delicadas e melindrosas ficou surpreendido com a conta que teve de pagar: cerca de sete mil escudos.

Aquela pessoa que já estava empenhada e não tinha nem setenta escudos, que se emprega na agricultura, trabalhando nas pequenas leiras de terra que possui, que paga de contribuição predial 126$00, que muitas vezes tem ido ao dia fora como jornaleiro obrigado da necessidade, que passa o inverno com o mesmo vestuário que usa no verão, que tem 6 filhos legítimos, e seus legítimos herdeiros: não teve outro caminho a seguir senão pedir emprestada a quantia para satisfazer a avultada soma para os seus magros recursos, até que venda uma parte do seu património a fim de liquidar a sua dívida.

E só tarde veio a saber que se fizesse a operação no Hospital gastava sòmente cerca da quarta parte da dita quantia.

Como algumas vezes fomos visitar o doente e vimos também que a conta era grande para os seus meios, casualmente interrogámos dois outros doentes que igualmente estavam internados.

Preguntei a um como e porque é que tinha vindo ali. Respondeu-me que, tendo adoecido, o seu médico assistente lá o tinha vindo trazer a fim de ser operado. A conta deste regulava à do primeiro doente, e era também um pequeno proprietário cujo traio bem denunciava a sua pobreza.

O outro que como os dois primeiros estava do mesmo modo em 3.ª classe, tinha de pagar pela operação 7.400$00 mais 500$00 de entrada na sala de operações, quantia que todos os doentes pagam, mais medicamentos, pensão e enfermagem, devia fazer a sua conta muito mais de 10.000$00.

Notei que muitos pobres eram vítimas involuntárias da sua simplicidade e ignorância e nós próprios até então não eramos mais sabedor nem mais prudente e avisado que aqueles, para em caso de doença seguir o caminho que as nossas circunstâncias e mínimos recursos exigissem.

Não negamos nem afirmamos que os senhores médicos tenham quaisquer regalias por cliente que enviem para a Casa de Saúde, mas admitimos essa hipótese.

Estaremos em erro? Não sabemos.

O que sabemos é as dificuldades e privações que os pequenos proprietários, mesmo os que pagam 200$00 ou 300$00 de contribuição, passam cá na aldeia e talvez alguns ilustres clínicos desconheçam pelo menos em grande parte.

Por isso se a estes houvessemos de fazer um pedido seria o seguinte: Que bem se informassem dos recursos dos seus clientes quando a doença lhes baixasse à porta e requeresse internamento, para não serem obrigados a pagar 12, quando só com grande sacrifício podem pagar 2 ou 3.

Não negamos o importante papel que pode desempenhar uma Casa de Saúde, para as classes abastadas e ricas, mas todos os pobres não têm recursos para recorrerem a elas, pelo menos a algumas, e muitas vezes um caso mais grave de doença, representa para eles uma verdadeira tragédia. Tal o caso que apontámos.

M. S.

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

3 meses . . 12$50
6 meses . . 25$00
1 ano . . . . 50$00

Pagamento adiantado. Como «O Trabalhador» não fará cobrança das suas assinaturas, pelo correio, só enviaremos o jornal a quem nos remeter a importância respectiva em vale do correio ou por qualquer outra forma prática.

S.E.T. — SOCIEDADE EDITORIAL «O TRABALHADOR»
REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO (provisórios)
Rua das Janelas Verdes, 47 — LISBOA
Telefone 61464

APRENDER SEM QUERER

SECÇÃO DIRIGIDA POR CÉSAR

O orientador desta secção do «Trabalhador» — «Aprender sem querer» — por mais modesto que fosse não podia deixar de se sentir desvanecido com o êxito alcançado e que se reflecte nas inúmeras cartas recebidas de aplauso e de incitamento.

Diziamos num dos números anteriores que a secção seria o que os leitores quisessem; todos são chamados a colaborar connosco, com as suas sugestões, as suas críticas e até com as suas produções literárias.

O nosso leitor assíduo *Alex. Ranita*, que tão interessado se mostra, pode, sempre que queira e possa, enviar-nos problemas e outros passatempos, na certeza de que serão bem acolhidos.

Não queremos com isto dizer que tenhamos falta de originais; o que temos é falta de espaço.

Mas entre um problema nosso e um problema enviado por um leitor, não hesitamos: escolhemos o segundo, pois damos preferência à colaboração dos leitores, desde que atinja um nível que esteja à altura dos nossos propósitos culturais e recreativos.

CURIOSIDADES

Sabe qual foi a origem das dobras na parte inferior das calças?

Pois é muito simples.

O falecido rei Eduardo VII foi quem as criou quando ainda era Príncipe de Gales. Um dia, ao entrar numa cavalariça para examinar um belo exemplar, deu uma volta às pernas das calças para que se não sujassem. A saída esqueceu-se de as compor. Tanto bastou para que o mundo inteiro adoptasse por moda o que não tinha sido mais que simples distracção de príncipe.

E hoje, por quase todo o mundo, desde o milionário mais exigente ao pobretana mais desleixado, todos os homens usam a volta nas pernas das calças.

PARADOXOS

Deus colocou o trabalho como sentinela da virtude.

(Confúcio).

Para entrar num eléctrico, tanto estorvam os embrulhos como a boa educação.

Ver um sujeito correr atrás dum eléctrico e apanhá-lo é uma decepção.

Quando subirdes para o «eléctrico» na companhia dum amigo, não fiqueis do lado do condutor.

Carro eléctrico: — Um lugar tão cheio, tão cheio de gente, que nem mesmo os homens conseguem sentar-se todos.

Ninguém é tão recto juiz de si mesmo que ou diga o que é ou seja o que diz.

O homem não morre: mata-se *(Séneca)*.

A serpente quando quer morrer busca a estrada.

A virtude tem um véu; o vício, uma máscara.

Quando um lobo come outro, fome há no souto.

RESPONDA SE SABE...

(e se não souber, leia um dos próximos números).

Sabe o que quer dizer *Barroco*? E *Helioterápia*?

Resolva o seguinte problema:

Três amigos vão a um restaurante. Ao pagarem a conta, que era de trinta escudos, acharam-na excessiva e reclamaram.

O criado foi ter com o patrão e este abateu cinco escudos. Mas o criado, por sua alta recreação, abateu só três escudos, pagando portanto os clientes vinte e sete escudos, ou seja, nove escudos cada um.

Pergunta-se: se os clientes pagaram vinte e sete escudos e o criado ficou com dois, onde está o escudo que falta para perfazer os trinta escudos da conta inicial?

(Respostas até ao dia 21).

Respostas ao n.º 2

«Forcas caudinas — Passar as forcas caudinas é passar por um grande vexame.

No tempo em que em vez de pólvora se usavam lanças, os vencedores obrigavam os vencidos a passar debaixo do *jugo*, que era formado por duas lanças espetadas no chão e uma ao alto, a atravessar.

Enquanto o cortejo de prisioneiros passava, os vencedores dirigiam-lhes galhofas para os vexarem.

O nome de forcas caudinas vem de um desfiladeiro junto a Cáudio, por onde os samnitas (da Itália) fizeram passar os romanos.

*

2) Sincretismo infantil.

Método sincrético — É um método novo de ensinar as crianças a ler. Tem também o nome de método globalista, e consiste em ensinar as crianças a partir não das letras isoladas, mas sim das palavras.

Assim, em vez de se ensinar a soletrar p + a = pá, procura-se que a criança fixe aquele grupo de letras (duas ou mais) associando-o a um instrumento. A criança, depois de ter fixado uns quantos grupos de letras — ou por outra, umas quantas palavras — vai enxadrezando as mais simples até formar ou compreender as mais complicadas.

Se algum leitor tiver a curiosidade de aprofundar esta noção, poderemos indicar-lhe bibliografia apropriada.

*

3) *Sindicato* — é palavra de origem grega, formada pelo prefixo syn = reunião e *diké*, que significa *norma, regra*.

O verbo *syndikéo* quer dizer «defender em justiça».

Diké era uma deusa da justiça e da vingança, dois conceitos implícitos na palavra a que nos referimos.

*

4) Navio-escola «Sagres».

Este navio, a que geralmente se antepõe o artigo feminino, é, quanto à configuração do seu velame, uma barca.

Ergoterápia — Cura pelo trabalho. Sistema de cura de excelentes resultados nos manicómios, onde acabaram os estupefacientes e os coletes de forças.

Os doidos andam à solta e não fogem, porque encontraram um trabalho que lhes agradou e em que concentram toda a sua exaltada actividade psíquica.

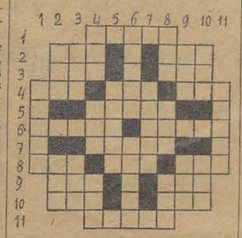
Aprendem um ofício, especializam-se nele, e saem, se não curados totalmente, pelo menos mais calmos e com uma possibilidade na vida.

Megalomania — Mania das grandezas. Mais generalizada do que se supõe...

Nomarca — Chefe grego.
Nomo — Divisão administrativa do Egipto Antigo (não sabemos se do moderno).
Nomes de operários metalúrgicos:
Trefilador.
Decapador.
Picheleiro.
Atarrachador.
Fiscal.
Esmerilador.

PALAVRAS CRUZADAS

Problema n.º 4



Horizontais: 1 — Perceptível. 2 — Divisão temporal; cólera. 3 — Mentira, chiste. 4 — Agrado; localidade: isolados. 5 — Fia. 6 — Afia; quantidade de uvas. 7 — Desejo. 8 — Vazio, germen, sem nada. 9 — Antepassado; seguias. 10 — Remanso; esforço-me. 11 — Coisa sem passado nem futuro.

Verticais: 1 — Feliz. 2 — Lá; branca. 3 — Medida de velocidade; depósito de ovos. 4 — Filtra, eleva, declama. 5 — Madeira preciosa. 6 — Carinhoso; evaporo. 7 — Elimino. 8 — Dor, medida, nome próprio; 9 — Dignidade egípcia; navio. 10 — Sopro; gasto. 11 — Zunia.

Solução do problema n.º 2

Horizontais: 1 — Samaritanas. 2 — Amadurecera. 3 — Latim, Rogam. 4 — Arares, ara. 5 — Renas, Rir. 6 — Ag, Senil, Ar. 7 — Nas, Setas. 8 — Dia, Midosi. 9 — Rópia, Arfar. 10 — Alapardaria. 11 — Salariarias.

Verticais: 1 — Salamandras. 2 — Armar, gaiola. 3 — Matar, Sapal. 4 — Adires, ipa. 5 — Rumenes, Aar. 6 — Ir, Sanem, Ri. 7 — Ter, Sitiada. 8 — Aço, Ladrar. 9 — Negar, Sofri. 10 — Araria, Sala. 11 — Samarreiras.

BREVEMENTE UM CONCURSO DE QUADRAS

AVANTE!

Velho combatente da Boa Causa, é com verdadeiro júbilo que saúdo o reaparecimento do esforçado e destemido campeão.

Tendo-me batido, desde a primeira hora, pelos que sofrem e labutam afanosamente não me pode ser indiferente que desça de novo à liça das boas e santas pelejas o jornal que, desde o primeiro número, se afirmou logo o amigo devotado, o camarada, o irmão, o advogado hábil, desempoeirado e consciencioso de todos os que trabalham.

Aceitem por isso todos os que escrevem nestas colunas, e quantos se sacrificaram de bo-ademe para que esta voz honrada e firme se fizesse de novo ouvir, as calorosas felicitações, os meus mais renhidos louvores por tão nobre exemplo, e os ardentes votos para que esta voz seja escutada por todos os que podem e devem contribuir para a melhoria material, moral e intelectual das classes trabalhadoras, afastando-as assim dos erros e das revoltas que atrasam ou impedem o advento duma ordem social verdadeiramente cristã, em que os homens fraternalmente se dêm as mãos, se ajudem e se amem.

ZUZARTE DE MENDONÇA

PALAVRAS
QUE O VENTO NÃO LEVA

Palavras, leva-as o vento... Há tantas que o vento não leva! Todas as que exprimem amizade, respeito, carinho, a certeza de não estarmos sós na luta da vida, todas as que nos abriram os olhos para as maravilhas do mundo, dando-nos um maior conhecimento da realidade. A nossa consciência não recorda todas as frases ouvidas alguma vez, mas nem por isso deixam de ter influência em nós. Palavras ouvidas um dia e julgadas já esquecidas, vêm-nos inesperadamente à memória e inspiram-nos a tomar uma decisão, a prestar um auxílio.

Infelizmente, outras palavras há que o vento também não leva — as de impaciência, rancor, má-vontade, as obscenidades — as que se põem constantemente diante das almas — o odioso, o vil e nojento.

E Lisboa anda cheia destas palavras. Nas ruas e nos transportes, até em estabelecimentos, sem respeito algum pelos outros, nem sequer pelos mais velhos, pelas senhoras ou crianças, à mínima contrariedade sofrida alveja-se com palavras de má-vontade o causador, as mais das vezes involuntário, dela. Mas nem sequer é necessário que alguem se julgue ofendido ou provocado. Há pessoas que, de passeio para passeio, trocam meia dúzia de obscenidades tão naturalmente como se estivessem a trocar palavras banais e inocentes.

O ambiente de falta de respeito por tudo e por todos, assim criado, torna-se asfixiante. Até daqueles que são capazes de lhe resistir, requer um esforço constante para não responder ao insulto com o insulto, para não deixar a sensibilidade moral embotar-se com a nuvem de obscenidades que os ouvidos têm de ouvir.

E não se diga que se trata só desta ou daquela classe social. Pelo menos, até onde se pode ver a categoria social pelo traje, são todas.

Chamamos a atenção da Polícia para o facto; cremos que há legislação acerca do assunto e que ela deve ser aplicada. Mas chamamos sobretudo a atenção daqueles que, inconscientemente, levados pelo ambiente, contribuem também para o manter. Quando mais do que nunca é necessário o entendimento entre os homens de boa-vontade, tudo, por pouco que seja, que ajude a desenvolver esta, deve cultivar-se, e tudo o que for semente de ódio deve ser arrancado.

UM LUXO,
O CORREIO AÉREO

Como se sabe, o Correio Aéreo é hoje bastante utilizado para a correspondência com o estrangeiro. Mas parece que continua a ser considerado um luxo, pelo menos nos Correios. Senão veja-se. Aqui há tempos, precisámos de enviar para os Estados Unidos da América do Norte um cupão internacional de resposta que habilitasse o nosso correspondente a mandar-nos uma carta por via aérea. Na estação dos Restauradores não nos souberam dizer qual era a taxa que se pagava de lá para cá.

Já nos tínhamos esquecido da má impressão que essa deficiência de informações nos provocara, quando necessitámos de saber quanto tempo levaria uma carta por via aérea, deitada nos Restauradores, a chegar a Inglaterra. Na Companhia, a British European Airways, disseram-nos que só nos Correios nos poderiam responder, e nos Correios, outra vez nos Restauradores, disseram-nos que só na Companhia. Depois, a funcionária, atrás do «guichet», consultou um livro e disse: «leva 7 horas». Como estranhássemos a resposta, perguntámos: — «Então, uma carta deitada aqui, amanhã, leva 7 horas a chegar a Inglaterra?» A resposta foi «sim». Concordamos que a pergunta talvez fosse ambígua, mas era evidente que o que nos interessava não era o número de horas gasto pelo avião na travessia. Interessava-nos, sim, saber quando seria o próximo avião, quando chegaria a Inglaterra, e sobretudo quando seria a nossa carta distribuída ao correspondente inglês. Claro está que não fizemos já estas perguntas convencidos de antemão que a funcionária não tinha informação. E é pena que não tivesse. A culpa não cabia — estamos em crê-lo, a ela. Mas, se as simpáticas funcionárias dos Correios estivessem habilitadas a prestar tão simples informações, decerto ficaria mais bem servido o público.

AOS QUE
NÃO NOS LÊEM

A espectativa de que se rodeou a reaparição do nosso jornal reflecte-se, perfeitamente, nas primeiras cartas que temos recebido, de aplauso e até de dúvida quanto aos nossos propósitos.

Desde o primeiro número a curiosidade em torno do jornal tem-se adensado cada vez mais: uns acolhem-no com a mesma franqueza que nós pomos nas nossas palavras, e essa franqueza é a melhor compensação que podíamos encontrar para a lealdade com que encaramos o problema do operariado, e para as responsabilidades que nos impõe a nossa presença na vanguarda ao combate que empreendemos; outros, porém, duvidam da lealdade das nossas intenções e têm vindo, de número para número, a examinar à lupa todas as nossas afirmações. A esses dizemos que continuem a ler-nos, na certeza de que as suas dúvidas hão-de dissipar-se a breve trecho.

Há uma terceira classe de leitores aos quais nós desejaríamos poder, neste momento, exprimir toda a gratidão que nos causa a curiosidade que neles despertou a nossa reaparição.

São os leitores que não nos lêem.

Pode parecer um paradoxo, mas é verdade. Faz-nos lembrar a recomendação daquele indivíduo que no *post-scriptum* duma carta pedia ao destinatário que o avisasse de que não recebera.

Há, de facto, leitores que não nos lêem.

Nós completamos:

Não nos lêem assiduamente.

Leram um número ao acaso e gostaram.

Mas sentem uma pena enorme em não o poderem comprar sempre para acompanharem a nossa marcha.

Quem estas linhas escreve já deparou com três casos: três operários que lhe pediram que lhes emprestasse o jornal.

E quando no-lo devolviam, agradeciam.

RIBA TUA

TODA A CORRESPONDÊNCIA DEVE SER DIRIGIDA PARA A RUA DAS JANELAS VERDES, 47 — LISBOA

Copr. 1947, King Features Syndicate, Inc., World rights reserved.

Página do LAR

ESTUPIDEZ OU EGOISMO?

A boa sr.ª Beatriz todos os dias vai lá abaixo, ao povoado da aldeia, levar algum conforto aos doentes e conversar aqui e acolá com aquela gente humilde que ela desde muito nova aprendeu a ter como irmãos.

Mas, falando com eles, ouvindo-lhes contar os seus cuidados e as suas histórias, acontece-lhe às vezes a custo conter um sorriso que provocaria estranheza e traria ofensa.

Vejamos se o leitor não sente também uma vontade inexplicável de rir (ou chorar...) ao ouvir a crónica de uma das visitas da boa senhora:

De volta de casa de um doente, a sr.ª D. Beatrizinha, como lhe chamam na aldeia, parou à porta da casa de uma mulher pobre, mas não miserável, que ali vive com o marido e três filhitos de dois, quatro e sete anos. Não a visita há muito.

— Então como tem passado, tia Rosa? Há muito tempo que não a vejo. Os seus filhos? E o seu marido? Está tudo fino?

— Bom vento a traz, minha senhora. E todos os seus, estão bem? Nós cá vamos indo. Que nunca seja pior, com a graça de Deus!

— Lá em casa também vão todos bem, obrigada. Então a pequenada? A mais velhinha já vai à escola, não? Ah! Aqui está ela, a Lourdinhas. Já vejo que ajudas a mãe! Ainda és boazinha como dantes, Lourdinhas? Mas como ela está magrinha e enfezadita! Que idade tens tu, pequena?

— Tenho sete, — minha senhora, — respondeu uma vozita enfiada.

— Tens estado doentinha, tens, Lourdinhas? Porque não me chamaram quando ela estava doente?

Responde logo a mãe, em tom de voz despreocupado:

— Não, minha senhora, não está doente, graças a Deus... Se está magra, sou eu que a relo...

??? (queria ela dizer que a pequena andava consumida porque a mãe a moía todo o santo dia).

— Vocemecê rala-a? Ó mulher, mas então porquê?

Não percebia nada daquilo a boa sr.ª D. Beatriz. Mas a tia Rosa, essa não percebia porque a senhora se admirava:

— Então, minha senhora — eu heim-de relar alguém! Não tendo aqui mais ninguém a quem rele, relo-a a ela...

* * *

E esta! Parece impossível, mas a conversa foi ouvida tal qual por uma terceira pessoa algures na Beira. Há pessoas assim! Têm de zangar-se constantemente com alguém.

E tu, leitora amiga, acaso estarás tu também sempre a ralar os outros?

— Credo! Eu ralo lá os meus filhos!

— Mas a nora? ou o genro? Esses também não?

C. M. A.

Saia folgada de fazenda, blusa branca, avental de riscado enfeitado a branco; um sorriso a acompanhar a labuta diária! Está assim bem garbosa a nossa Maria!

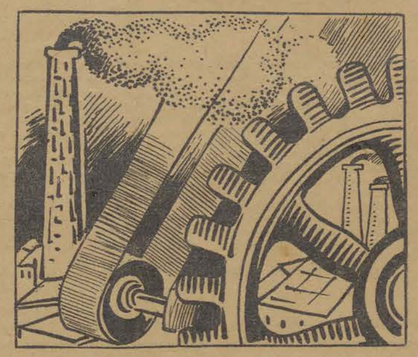
— Assim toda pregadinha, Maria, até dás gosto ao teu Manuel!

UM MINUTO DE POESIA PARA TRABALHADORES

INVOCAÇÃO AO TRABALHO

Por OLIVEIRA CABRAL

Ilustração de Guida Roque Gameiro Ottolini



Se a ventura, Homem, desejas,
pede-a ao Trabalho — ele a tem.
É fonte de eterno bem!
Trabalho, bendito sejas.

Vem do Trabalho a riqueza.
Vem da riqueza a fartura.
Da fartura, à nossa mesa
vem a alegria, a ventura.

Vem da fartura a alegria,
desta o prazer de viver.
Ela é como a luz do dia:
pobre é quem a não tiver.

E tudo o Trabalho dá!
Faz da terra um céu aberto.
Dá-nos paz e amor — não há
na vida outro bem mais certo.

Ó Trabalho, não mais sejas
castigo para ninguém,
mas fonte de eterno bem...
Trabalho, bendito sejas.

PNEUMONIAS
— CUIDADO COM AS GRIPES

— Oh, mulher, então que é isso? Então que foi? Não chore, santinha! Diga!

— Ai, minha rica senhora, que lá se me vai a minha filhinha! Tanto me custou a criar e estava já uma mulherzinha... Há mais de um mês que me andava constipada. Tinha melhorado, mas depois teve uma recaída com febre e tudo. E não se queria tratar! Dizia que não tinha tempo para estar doente e ria-se e brincava quando eu queria obrigá-la a tomar um chá quente e a pôr uma cataplasma no peito. E anteontem, com aquela umidade, ainda foi para a rua. Dizia que tinha de ir fazer serão para o atelier. O irmão foi buscá-la e chegaram-me aqui os dois encharcados, já às onze horas.

Depois, ficou a escaldar, num febrão que assustava e agora vem o médico e diz que é uma pneumonia dupla e que ela é tão fraquinha que não sabe se aquentará. Ai, Jesus! Ai, Jesus! Deus guarde a minha rica filhinha.

*

É verdade! Uma gripe descuidada, uma tosse que se deixa cair no peito... O resultado? Pode ser uma pleurisia ou uma pneumonia, às vezes com as piores consequências.

Cuidado com as gripes, mas, sobretudo, com as recaídas das gripes. Quem está são dispensa os abafos e os cuidados. Quem está são, deve afoitar-se ao tempo — até enrija! Quem está são, pode trabalhar até cair de cansado. Mas basta uma pontinha de febre para dar o sinal de alarme de que o corpo precisa de auxílio imediato para combater a doença que se avizinha.

Todos os cuidados são poucos quando o organismo luta contra os micróbios inimigos das vias respiratórias: os piores inimigos, neste caso, são o frio e a umidade — os amigos são o ar puro, a limpeza, a desinfecção, o sono.

Por isso, a regra será: abafar-se e cobrir-se bem; mudar de meias, sapatos e roupa molhada (mais vale andar descalço do que com meias e sapatos molhados!); tomar uma bebida quente para puxar a reacção; gargarejar bem até ao fundo com um desinfectante; não se meter em Cafés, Cinemas ou ajuntamentos em que a atmosfera esteja viciada de fumo e «cheiro a próximo»; comer comidas leves, frutas frescas, sumos de limão e laranja; deitar-se cedo; quando a constipação seja «de cabeça», fazer inalações (depois de estar deitado, para não resfriar em seguida) com vapor de água quente e um desinfectante; provocar a transpiração ao deitar, com um escaldão aos pés, uma bebida quente açucarada, um copinho de aquardente ou outro e uma aspirina. Quando se tenha febre, FICAR DEITADO até que ela passe quando haja tosse, pôr uma cataplasma e tomar um xarope caseiro, etc., etc.

Alguém não tem tempo para estar doente?!

Pois, se não tem, que trate das pequeninas doenças ANTES que elas vão a mais!

A MULHER E O GATO

ADAPTAÇÃO DUM CONTO DE KIPLING por Adriana Rodrigues

O tio continuou: «Na noite seguinte, a Mulher pôs a secar diante do lume algumas braçadas de erva, de tal modo que cheiravam a ceva da recem-moída, e pô-la fora da caverna.

No bosque, os animais interrogavam-se a respeito do que teria sucedido ao Cão, e o Cavalo disse: «Eu vou saber porque ele não voltou. Ó Gato, vem comigo».

«—Nessa não caio eu! — respondeu o Gato. — Eu sou o Gato que ando por onde me apetece, e só faço o que muito bem quero». Mas, mal o Cavalo abalou, ei-lo, de novo na pista, tal como na véspera.

Quando a Mulher ouviu o relinchar do Cavalo, sorriu e disse: «—Cá está o segundo». E foi perguntar-lhe o que queria.

«—O minha inimiga e Mulher do meu inimigo, onde está o Cão Selvagem?» A Mulher voltou a sorrir e respondeu-lhe: «— Bem te conheço! Não vieste cá por causa do Cão, mas por môr desta rica erva». O Cavalo baixou a cabeça e disse: «—Tens razão. Dá-ma a comer». A Mulher respondeu: «—Dar-ta-ei três vezes ao dia, se me servires e ao Homem».

«— Ah! — disse o Gato, que tudo ouvira do seu esconderijo, — isto é que é uma Mulher esperta, mas eu ainda sou mais!»

O Cavalo dobrou as patas dianteiras e disse: «— Ó minha ama e Mulher do meu amo, eu serei o teu servidor, só por causa desta rica erva».

«— Ah! disse o Gato. — Cá está um Cavalo maluco». E voltou para o bosque, sem nada dizer aos companheiros. Quando o Homem regressou da caça mais o cão, disse, ao ver o Cavalo: «— Que faz aqui o Cavalo Selvagem?» E a Mulher replicou: «— Agora já se não chama assim, mas Primeiro Servidor, porque há-de levar-nos para sempre, onde quer que vamos. Amanhã irás nele à caça.»

Ao outro dia, tocou a vez à Vaca Selvagem, de vir saber o que sucedera ao Cavalo, e o Gato de a seguir, sem dizer palavra. Tal como acontecera ao Cavalo, a Mulher também teve artes de levar o animal a prometer dar-lhe todos os dias leite, em troca de bela erva, e o Gato voltou para o bosque, como das outras vezes.

Quando o Homem voltou da caça mais o Cão, montado no Cavalo, perguntou o que fazia ali a Vaca Selvagem, e a Mulher lá lhe explicou que ela agora se chamava Dadora do Bom Alimento, e que lhes daria para sempre leite rico e saboroso.

No dia imediato, bem esperou o Gato a ver se algum companheiro se dirigia à caverna. Mas em vão! Por fim, deliberou ir ele sòzinho. Quando lá chegou, estava a Mulher a mungir a Vaca. E o Gato perguntou: «— Ó minha inimiga e Mulher do meu inimigo, que aconteceu à Vaca?» A Mulher sorriu e disse: «Vai-te para o teu bosque, que já não precisamos de mais amigos nem de mais servidores cá em casa...» O Gato respondeu-lhe: «—Não sou Amigo nem Servidor. Sou o Gato, que ando por onde me apetece e só faço o que muito bem quero, mas quero vir para a tua caverna».

«— Porque não vieste com o Primeiro Amigo, na primeira noite?»— indagou a Mulher — Já que não és Amigo, nem Servidor, vai-te para longe». O Gato fingiu-se arrependido, e disse: «—Então nunca mais hei-de beber leitinho morno, nem aquecer-me à tua lareira? Já que és tão esperta e tão formosa, não sejas cruel para com um pobre Gato».

A Mulher respondeu: «Lá que era esperta, já eu sabia, mas ignorava que fosse formosa, por isso vamos fazer uma combinação: Se algum dia eu disser uma palavra em teu louvor, podes vir cá para a caverna».

«— E se disseres duas? — volveu o Gato. «— Nunca tal farei; mas se o fizer, terás direito a aquecer-te à lareira». O Gato fingiu não perceber e continuou: «— E se disseres três palavras?» A Mulher indignou-se: «—Nunca; nunca farei semelhante coisa, mas se o fizer, terás direito a beber leite morno três vezes ao dia, e para sempre.» O Gato arqueou o lombo e exclamou: «Que a tua promessa seja ouvida pela pele que cobre a abertura da caverna, pelo fogo que te aquece, pelo pote de leite que tens ao lume!» E, dando à cauda, lá voltou para o seu bosque selvagem.

Nessa noite, quando o Homem chegou com o Cavalo e o Cão, a Mulher nada disse do sucedido, com medo de que eles não concordassem com a promessa feita.

O tempo foi passando, e a Mulher já se não lembrava do Gato, que nunca mais dera sinal de si. Só o Morcego, que passava os dias de cabeça para baixo a espreitar o que se passava na caverna — só o Morcego sabia onde se escondia o Gato e, pontualmente, todas as noites para lá sequia a levar-lhe novidades.

Certa noite, disse o Morcego ao Gato: «Na Caverna nasceu um pequenino! É rosado e gorducho, e a Mulher gosta muito dele!» — «Ah! — respondeu o Gato, prestando atenção — e ele de que gosta?» «—Gosta de coisas macias e agradáveis. Gosta que lhe façam festas!» «—Ah! ah! — volveu o Gato, — chegou a minha hora!».

De madrugada, o Gato dirigiu-se à caverna, pôs-se à espreita, escondido, até que o Homem, o Cavalo e o Cão partiram para a caça.

A Mulher estava cheia de trabalho, e o pequenino não parava de berrar! Ela trouxe-o para o ar livre, deu-lhe uma mãocheia de pedrinhas para ele brincar, mas nada lhe acalmava o choro.

Então o Gato veio com a sua patinha de veludo fazer festas à criança, e tantas momices lhe fez, que o Garoto começou a rir. E a Mulher, na caverna, pasmou de ouvi-lo rir assim.

Disse-lhe o Morcego: «— Ó minha Hospedeira, alguma coisa está lá fora que faz rir o teu menino?»

«— Ah! — respondeu a Mulher — abençoada coisa, que o distrái, logo hoje que tanto tenho que fazer!»

Nessa mesma ocasião, a pele de cavalo que pendia à entrada da caverna, caiu por terra, porque se lembrou da promessa feita, e a Mulher, ao voltar-se para apanhá-la, não coube em si de espanto: o Gato lá estava dentro da caverna, gritando-lhe com ar de triunfo: «— Ó minha Inimiga, Mulher e Mãe dos meus Inimigos, fui eu! Louvaste-me! Tenho direito a viver aqui dentro».

(Continua no próximo número)

O TRABALHADOR
NO MUNDO DO TRABALHO

AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DO PESSOAL DO TRÁFEGO DA COMPANHIA CARRIS

Uma hora da noite. Chove se Deus a dá. Pelas ruas circulam os retardatários dos cinemas e teatros.

Pelos portais dos estabelecimentos, vultos embuçados, aguardam que passem os carros — parecidos, àquela hora com as gotas dos conta-gotas.

Estamos em atraso para entrar de serviço, mas vamo-nos resignando, estoicamente, convencidos de que a impaciência nada resolve.

A nosso lado um «agulheiro» da Carris, no seu vai-vém contínuo de mudar os trilhos para os carros que pachorrentamente passam, abarrotados até mais não.

Nos intervalos das sucessivas «viagens» do nosso agulheiro para «fazer agulha», metemos conversa com ele.

Olha-nos a princípio desconfiado.

Já repararam os leitores na desconfiança com que todos nós recebemos um desconhecido?

Para mais, à noite, numa rua deserta... de carros!

— Vai um cigarrinho? — inquirimos.

— Obrigado, não fumo, — diz-nos ele secamente.

Insistimos, no cigarro.

— Olhe que é de bom grado... É tabaco estrangeiro...

Aceita, e confidencia-nos:

— Toda a gente fuma; e eu de vez em quando também fumo da marca «Semedão». Não quero habituar-me.

Nova «agulha», desta vez para a Boa-Hora; no regresso fez uma pirueta para evitar um automóvel desencabrestado. Lembrou-me aquela pirueta — por uma dupla associação de palavras — uma sorte numa tourada. O nosso «agulheiro» — que conhece os arcanos mais escondidos do calão — mimoseou o «chauffeur» com um sonoroso, contundente, e talvez inconsciente ou instintivo palavrão.

— Ao que um homem está sujeito! — diz-nos ele, já amigàvelmente.

O nosso carro atrasara-se. Não havia meio de vir.

— Que estopada!

Só então reparamos no resguardo do nosso «agulheiro». Um sobretudozito, o boné com o distintivo e mais nada...

— Não tem medo à chuva?

— Como vê...

— A Companhia não fornece capas para vocês se resguardarem da chuva?

— Sim. Umas capas de borracha que deixam entrar chuva na mesma. São incómodas e frias.

* * *

Finalmente chegara o carro que esperávamos: «Prazeres».

Deixamos o nosso «agulheiro» a resmungar com os seus botões quaisquer coisas ininteligíveis.

* * *

O carro galgou «a nove» a calçada de S. Francisco.

Ao cimo, permanentemente vigilante, o sinaleiro da Carris.

Mas ficamos a pensar no sacrifício que representa estar-se exposto ao vento e à chuva, e ao frio, numa noite invernosa.

* * *

Temos viajado muito de «eléctrico»; mesmo muito; não nos tem passado desapercebido o sacrifício que para todos, mas em especial para os «velhotes» representa o trabalho nos eléctricos:

Nos fechados, os safanões que o pobre do condutor leva no decorrer do dia, não têm conto; não amolgam, — como eles dizem — mas massam. Nos abertos, além do mau tempo, o esforço para o equilíbrio, nos safanões que o carro dá nas curvas e paragens bruscas; o ter de ultrapassar os passageiros que vão nos estribos, a atenção a mil e uma coisas ao mesmo tempo, tudo isso constitui verdadeiro martírio que nem toda a gente avalia convenientemente.

Dos guarda-freios, que dizer? O terem de andar de pé, como se não bastasse a atenção que se lhes exige, é o suficiente para extenuar ao fim do dia.

E os perigos a que estão sujeitos?

* * *

Prometemos, no número anterior, estudar as condições de trabalho e de vida do pessoal dos «eléctricos»

Por circunstâncias várias, entre elas o desejo de aprofundar esse estudo, mais complexo do que previramos, limitamo-nos por hoje a aflorar o assunto.

A situação do pessoal dos «eléctricos» está longe de corresponder aos anseios da classe.

Em todas as secções da Carris há anomalias que se torna necessário eliminar.

Mas cremos, pelo que conhecemos, que o pessoal do tráfego é o mais sacrificado. Condições de trabalho, horários, folgas e sobretudo na questão dos salários.

Mas aguardemos o próximo número para entrarmos a sério no problema.

Porque não generalizar o sistema americano de pagamento

Generalizou-se, entre nós, a distinção entre assalariados e empregados, entendendo-se pelos primeiros os que recebem à semana e pelos segundos os que recebem ao mês.

O vencimento dos primeiros chama-se salário e o dos segundos ordenado.

Bem sabemos que há outras diferenças — e fundamentais — mas para o caso pouco interessa.

O que nos interessa é pôr em evidência a desvantagem que representa para os chamados empregados receberem ao mês.

Em muitas empresas há o recurso dos vales sobre o ordenado, sistema não isento de perigos para o empregado que ao fim do mês apenas recebe os papéis dos vales que lhe consentiram.

Como defesa do ordenado, o sistema é péssimo.

Quanto a nós, a melhor solução seria adoptar o sistema americano que livra o empregado, nos apuros monetários, da necessidade de recorrer a vales ou ao «prego».

Consiste esse sistema em pagar semanalmente uma fracção do ordenado, variável segundo o número de semanas de cada mês e no fim do mês pagar o resto.

Exemplifiquemos:

Um empregado que aufere, mensalmente, o ordenado de 1.200$00, recebe nos meses de cinco semanas — ou melhor de cinco sábados — 200$00 semanais e na última semana, além dos 200$00, o que falta para completar o ordenado, ou seja 200$00, com os quais poderá — se puder, realmente — pagar a renda da casa e ocorrer às demais despesas do princípio do mês.

Parte-se do princípio — aliás, os americanos partem do princípio — que a fracção semanal do ordenado chega e sobeja para a alimentação.

Aqui fica a ideia, certos de que, se for aproveitada, trará benefícios aos que, por qualquer motivo, se vêem em apuros de dinheiro, logo nos primeiros dias do mês.

FORUM ABEL VARZIM
DESENVOLVIMENTO
E SOLIDARIEDADE
Todos os direitos

Nota Internacional

Fez agora cem anos que os dois fundadores e propagadores magnos da teoria ideológica do colectivismo social moderno, cientificamente deduzida e sistematizada, — Karl Marx, sociólogo e judeu alemão, e Friedrich Engels, comerciante e capitalista alemão — publicaram o seu famoso «Manifesto comunista». E este «Manifesto» começa pelas palavras: — «Paira um espectro sobre a Europa, o espectro do comunismo!»

Ora, o curioso do caso é que nesta afirmação há, em números redondos, o engano de um século inteiro, pois em boa verdade é só hoje que esse «espectro do comunismo» chegou de facto a pairar sobre a Europa e sobre o Mundo inteiro, se bem que por uma forma que muito provàvelmente esses dois fiéis amigos e autores conjuntos do «Manifesto» nem sequer em sonhos seriam capazes de prever. Com efeito, o chamado «socialismo científico» de Karl Marx, que foi um corpo de doutrina comunista completo e que de maneira geral passou mais tarde a ser designado simplesmente por «marxismo», partia e tirava as suas consequências lógicas de certas suposições inicialmente erradas, entre as quais mencionaremos apenas as relativas ao «materialismo histórico» e ao trabalho material como única fonte criadora de todos os valores.

Segundo a primeira, a marcha evolutiva da História seria determinada exclusivamente pelos condicionalismo económicos de um dado momento, não tendo nessa marcha influência absolutamente nenhuma os vários factores de ordem espiritual, sentimental e moral. E nos termos da segunda dessas duas suposições, o homem, como ser colectivo, não passaria, por assim dizer, de mera peça de engrenagem no gigantesco e complexo maquinismo da produção económica, deixando assim de se tomar na devida conta o conjunto de circunstâncias, sempre variáveis, que provêm da verdade, sempre viva, de que, como «indivíduos», nós somos necessàriamente diferentes uns dos outros, se bem que, como «homens», nós sejamos todos iguais, de onde se conclui que, por um lado, a organização colectiva em que vivemos deve respeitar o que no homem há de privativamente individual e que, por outro lado, todo o homem tem a ineluctável obrigação de dar à colectividade o melhor da sua sincera cooperação social.

O jogo desta interdependência varia, evidentemente, conforme os condicionalismo naturais do lugar e os ambientes históricos da hora, em que se vive. Da longa série das reivindicações operárias, a maior parte já se encontra solucionada em todos os países de acção social consciente. Quanto à abolição das classes sociais e a sua substituição por uma colectividade homogénea, socialmente e funcionalmente indiferenciada, a realidade viva provou a impossibilidade prática da sua realização integral. Por isso, os próprios comunistas de hoje, mesmo os doutrinàriamente tão ortodoxos e intransigentes, como o são da chamada «Quarta Internacional» de Leão Trotski, não deixam já de irem mudando de táctica conforme as conveniências imediatas do momento. A ponto mesmo de, em certos países, eles já terem chegado a formar uma força apenas «política», tão cinicamente oportunista e crassamente interesseira e egoísta como os piores partidos «capitalistas», saídos das muitas e variadas revoluções de 1848, ano do «Manifesto», que rebentando por essa Europa fora, iam dando lugar — ou pretexto — para a formação de correntes políticas nacionalistas extremes, a consolidação de impérios totalitários do omnipotente capitalismo liberal, e a proletarização progressiva do trabalhador, duplamente escravizante, por ter sido de ordem material e espiritual. Tudo, pois, instituições essencialmente características da segunda metade do século passado e que só nos princípios do século em que vivemos começaram, aqui e acolá, a ruir e a desmoronar-se mesmo de todo.

Subsequentemente, as duas guerras mundiais e a sua herança de caóticas confusões e misérias só aceleraram este processo, levando-o por vezes, na opinião de muitos, mesmo para além dos limites considerados socialmente «justos». A nós parece-nos ser em extremo difícil saber-se ao certo onde tais limites máximos devam ser fixados com precisão, visto as circunstâncias estarem a mudar constantemente e de terra para terra.

Rodolfo Frederico Knapic

Não iam para o guano

Conta-se que certo homem de ciência muito distraído passando certa ocasião junto de uma mercearia cuspiu, sem cerimónia nenhuma, para dentro de uma barrica de atum de salmoura exposto à porta daquele estabelecimento.

O merceeiro, com todo o sangue a querer saltar-lhe do rosto, preparava-se para increpar o transeunte, que ele não sabia se deveria classificar como atrevido ou como doido, quando este se adiantou a pedir desculpa. Alegava que cuspira para ali por engano, pois julgava tratar-se de uma barrica de azeitonas.

O comerciante tão desconsertado ficou com a inesperada resposta que o deixou seguir em paz, sem poder atinar com as razões de queixa que aquele homem teria das azeitonas, para tão mal lhes querer.

Lembrei-me desta verídica anedocta, ao ver um destes dias passar por mim um grande camião aberto, igual aos que tenho visto no serviço de transporte de entulho. Ia carregado de carne. Sobre os carneiros, uns totalmente a descoberto, outros embrulhados nas conhecidas «redes» de serapilheira, sentava-se o carregador. Não se limitava a sentar-se: punha-lhes também em cima as cardas das botas.

Primeiro, pensei que teria havido azar, e aquela carne se destinasse ao guano. Mas não. O camião parou à porta de um talho e descarregou uma partida de carne.

Confesso-me intrigado: porque razão não será a carne congelada transportada em condições higiénicas toleráveis, como se faz com as rezes abatidas no Matadouro Municipal e com outros géneros alimentícios? Só me ocorre que quem organiza a última viagem dos pobres carneiros congelados tenha contra eles as mesmas enigmáticas razões de queixa que o professor tinha das azeitonas.

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

3 meses . . 12$50
6 meses . . 25$00
1 ano . . . . 50$00

Pagamento adiantado. Como «O Trabalhador» não fará cobrança das suas assinaturas, pelo correio, só enviaremos o jornal a quem nos remeter a importância respectiva em vale do correio ou por qualquer outra forma prática.